

*[Handwritten signatures]*



PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE



PROGRAMA DE  
DESENVOLVIMENTO  
RURAL 2014-2020



PO ISE  
PROGRAMA OPERACIONAL  
INCLUSÃO SOCIAL  
E EMPREGO



PROGRAMA OPERACIONAL  
SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS  
2014-2020

# PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO MINHO



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Europeu de Desenvolvimento  
e de Investimento



## PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL

DA

**COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO MINHO**

Considerando que:

- i. Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) constituem uma contribuição fundamental para a recuperação económica e estrutural do país, consagrada no Acordo de Parceria que Portugal assinou com a Comissão Europeia, onde foram adotados os princípios de programação da «Estratégia Europa 2020» e políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial.
- ii. A aplicação dos FEEI em Portugal está subordinada às prioridades de promoção da competitividade e internacionalização da economia, de formação de capital humano, de promoção da coesão social e territorial, da reforma do Estado, no quadro do desenvolvimento sustentável e das exigências do processo de consolidação orçamental.
- iii. As Estratégias Territoriais previstas no Acordo de Parceria configuram um contributo muito relevante para o reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020.
- iv. Em concreto, o Acordo de Parceria propõe, para o período 2014-2020, como referência territorial para a concretização de Investimentos Territoriais Integrados (ITI) a escala NUTS III, através de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.
- v. A concretização de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), devidamente ancorados em estratégias de desenvolvimento territorial estabelecidas para as NUTS III (coerentes com a estratégia da respetiva NUTS II e de nível nacional) devem contribuir para a prossecução de objetivos temáticos e prioridades de investimento identificados no Acordo de Parceria.



- vi. Os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial são aprovados na sequência de um processo de seleção concorrencial envolvendo as Comunidades Intermunicipais/ Áreas Metropolitanas, da responsabilidade de uma Comissão constituída por representantes das Autoridades de Gestão (AG) dos Programas Operacionais (PO) mobilizados, das CCDR, da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP, e por peritos exteriores à Administração Pública.
- vii. Com a conclusão do processo de seleção e de aprovação de cada um dos Pactos, a sua gestão será formalmente contratualizada com as AG dos PO financiadores, conforme o previsto no n.º 7 do artigo 65.º do DL n.º 137/ 2014, de 12 de setembro.
- viii. Na sequência do convite para apresentação de candidaturas, de 12 de novembro de 2014, para o reconhecimento de Estratégias Integradas de Desenvolvimento territorial (EIDT), a 29 de janeiro de 2016 foi reconhecida, pela respetiva Comissão de Avaliação, a EIDT para a NUTS III Alto Minho.
- ix. A 17 de março de 2015 foi publicado o Convite nº 3/ 2015 para apresentação de candidaturas visando a aprovação de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.
- x. O processo de seleção dos PDCT envolveu duas fases, conforme previsto no ponto 4.6 do Convite, a 1<sup>a</sup> fase relativa à avaliação da coerência e qualidade do PDCT e a 2<sup>a</sup> fase relativa à negociação da configuração e razoabilidade dos investimentos, dos compromissos em termos de metas e resultados e da capacidade de concretização do Pacto.
- xi. O processo de negociação, correspondente à 2<sup>a</sup> fase, permitiu concluir um acordo entre as Autoridades de Gestão dos PO financiadores e a Comunidade Intermunicipal do Alto Minho.

2

é celebrado o presente contrato entre:

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte, neste ato representada por Emídio Gomes que outorga na qualidade de Presidente da Comissão Diretiva, por inerência do cargo de Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, nos termos previstos na Resolução de Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro;

A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) neste ato representada por Helena Azevedo que outorga na qualidade de Presidente da Comissão



Diretiva, nos termos previstos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro;

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), neste ato representada por Domingos Lopes que outorga na qualidade de Presidente da Comissão Diretiva, nos termos previstos na Resolução de Conselho de Ministros nº 73-B/2014, de 16 de dezembro;

Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020, neste ato representada por Patrícia Cotrim que outorga na qualidade de Gestora da Autoridade de Gestão, nos termos previstos no Despacho n.º 13279-F/2014, de 31 de outubro;

e a

Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, neste ato representada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal José Maria Costa.

O presente Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial tem a natureza jurídica de um contrato e rege-se pelo disposto nas cláusulas seguintes e nos documentos Anexos, que dele fazem parte integrante:

**Cláusula 1<sup>a</sup>**

**Objeto**

O Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (adiante designado de Pacto) é celebrado ao abrigo do artigo 65º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e define, em complemento à aplicação da regulamentação comunitária e nacional aplicável, os termos e condições em que as Autoridades de Gestão (AG) dos PO financiadores apoiam o programa de ação acordado com a Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (adiante designada por Comunidade Intermunicipal), e os compromissos desta entidade em termos de investimentos, metas e resultados a alcançar.

**Cláusula 2<sup>a</sup>**

**Dotação financeira**



1. Para o financiamento do Pacto, as Autoridades de Gestão dos PO financiadores asseguram para o período de vigência do Programas um apoio global de Fundo que totaliza 59 259 457,81 euros.
2. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte assegura um apoio de 29.677.661,86 euros FEDER e de 17.097.960,53 euros FSE, que totalizam um montante de 46.775.622,39 euros para comparticipar os projetos enquadrados nas Prioridades de Investimento previstas no Anexo 1.
3. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (PO SEUR) assegura um apoio de 882.651,01 euros do Fundo de Coesão, para comparticipar os projetos enquadrados nas Prioridades de Investimento previstas no Anexo 1.
4. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE) assegura um apoio de 4.542.741,41 euros do FSE, para comparticipar os projetos enquadrados nas Prioridades de Investimento previstas no Anexo 1.
5. A Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020 assegura um apoio de 7.058.443,00 euros do FEADER, para comparticipar os projetos enquadrados nas Medidas previstas no Anexo 1.
6. Os compromissos assumidos para algumas das prioridades de investimento estão condicionados à conclusão dos processos de mapeamento previstos nos textos dos PO, nos casos em que se aplicam.

4

### Cláusula 3<sup>a</sup>

#### Metas, resultados, acompanhamento e avaliação

1. A Comunidade Intermunicipal compromete-se a contribuir para o cumprimento das metas dos PO financiadores através das metas dos indicadores de realização e dos indicadores de resultado associados às prioridades de investimento/ tipologias de operações contratualizadas no Pacto no Anexo 2.
2. Nos termos do n.º 10 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 137/ 2014, de 12 de setembro, o Pacto integra uma reserva de desempenho correspondente a 6% da dotação prevista na cláusula 2.<sup>a</sup>,



ao nível do PO e Fundo, que não poderá ser comprometida até à conclusão da avaliação prevista no número seguinte.

3. O Pacto é objeto de avaliação intercalar em 2019, podendo ser alvo de revisão, em sentido decrescente ou crescente, ou rescisão em função do grau de concretização das metas previstas para 2018 nos indicadores de realização e resultado, nos termos a definir na operacionalização do quadro de desempenho do Portugal 2020 e dos seus programas, conforme definido no ponto 9.2. do convite n.º3/2015 ao abrigo do qual o presente Pacto foi selecionado.
4. A Comunidade Intermunicipal, conforme estabelecido na regulamentação comunitária e nacional aplicável, compromete-se a responder atempadamente a todas as solicitações das entidades europeias, nacionais e dos PO financiadores, nomeadamente relacionadas com os processos de acompanhamento, monitorização e avaliação.
5. De forma autónoma à avaliação referida no número 3 da presente cláusula a Comunidade Intermunicipal compromete-se a realizar uma avaliação intercalar de operacionalização e dos primeiros resultados da implementação do Pacto, a concluir até ao final do 1.º trimestre de 2019, com informação reportada até 31 de dezembro de 2018.

5

#### Cláusula 4<sup>a</sup>

##### Vigência

O presente Pacto produz efeitos na data da sua assinatura, sendo válido enquanto vigorarem os Programas Operacionais e não for denunciado por algum dos subscritores.

#### Cláusula 5<sup>a</sup>

##### Elementos integrantes do Pacto

1. As competências delegadas, bem como os restantes direitos e deveres da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho enquanto organismo intermédio, onde se incluem os elementos previstos nas alíneas a) e d) do n.º 7 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, serão objeto de adenda ao presente contrato, a outorgar com cada uma das



Autoridades de Gestão dos PO financiadores na sequência da homologação prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 10.º do mesmo diploma.

2. Relativamente ao FEADER, a delegação de competências associada à concretização do presente Pacto será também objeto de adenda a celebrar entre a AG do PDR 2020 e a Comunidade Intermunicipal do Alto Minho.

3 – Fazem ainda parte integrante do Pacto os seguintes anexos:

Anexo 1: Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento ou Medida

Anexo 2: Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do Pacto (realização e resultado) para 2018 e 2023

Anexo 3: Pacto aprovado pelas AG dos Programas financiadores

Porto, 11 de fevereiro de 2016

O presente Pacto é feito em quintuplicado, sendo assinado pelas partes, valendo estes exemplares como originais.

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte (NORTE2020)



Emídio Gomes



---

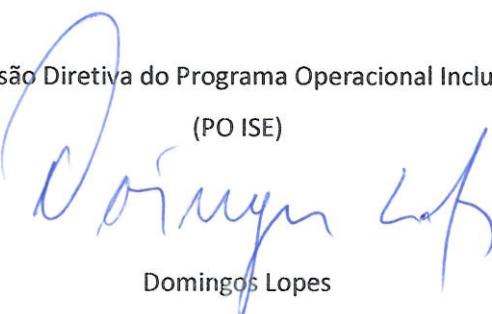
A Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR)



Helena Azevedo

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

(PO ISE)



Domingos Lopes

A Gestora do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020

(PDR 2020)

7



Patrícia Cotrim

O Presidente do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho



José Maria Costa



*[Signature]*

✓ 9  
L  
A

## ANEXO 1

Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e  
Prioridade de Investimento ou Medida

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO MINHO



Anexo 1

Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM Alto Minho

**Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento ou Medida**

Prioridade de Investimento/Medida	Programa Operacional	FEDER	FSE	Fundo de Coesão	FEADER	Fundo Total
02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a inclusão social, a cultura em linha e a saúde em linha	PO NORTE	1 972 966,20				1 972 966,20
03.M04 - Investimentos em ativos físicos	PDR 2020					7 058 443,00
04.03 - A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação	PO NORTE	7 219 211,71				7 219 211,71
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes	PO SEUR			882 651,01		882 651,01
08.03 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	PO NORTE	6 766 114,24				6 766 114,24
08.08 - A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	PO NORTE	2 072 845,91				2 072 845,91
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	PO NORTE		6 680 724,93			6 680 724,93
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	POISE		3 523 057,40			3 523 057,40
09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	POISE			1 019 684,01		1 019 684,01
09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	PO NORTE	2 262 638,04				2 262 638,04
10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	PO NORTE		3 651 121,36			3 651 121,36
10.05 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	PO NORTE	16 150 000,00				16 150 000,00
	Total	29 677 661,86	21 640 701,94	882 651,01	7 058 443,00	59 259 457,81
	Total PO NORTE	29 677 661,86	17 097 960,53			46 775 622,39
	Total PDR 2020				7 058 443,00	7 058 443,00
	Total PO SEUR			882 651,01		882 651,01
	Total PO ISE			4 542 741,41		4 542 741,41

R  
S  
D





## ANEXO 2

Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do Pacto  
(realização e resultado) para 2018 e 2023

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO MINHO



Anexo 2

Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM Alto Minho

Quantificação das metas dos indicadores de desempenho (realização e resultado) para 2018 e 2023

Prioridade de Investimento/Metido - Programa Operacional (Fundo)	Dotação Negociado	Designação	Indicadores				2018	2023	Dotação Fundo Contratado
			Realização	N.º	Unidade de Medida	Valor base			
<b>Serviços da Administração Pública apoiados</b>									
02.03 - PO NORTE (FEDER)	1 972 966,20	Câmara Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras	Resultado	%	60%	60%	60%	80%	
		Individuos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de individuos	Resultado	%	19,7%	19,7%	19,7%	45%	
		Regadios tradicionais - Área a beneficiar	Realização	ha	0	745	1 489	3 126 343,00	
03.04 - PDR 2020 (FEDER)	7 058 443,00	Regadios tradicionais - Despesa pública contratada	Realização	Euros	0	1 839 025	3 678 050		
		Estuturação Fundiária - N.º de projetos	Realização	N.º	0	1	1	1	3 932 100,00
04.03 - PO NORTE (FEDER)	7 219 211,71	Estuturação Fundiária - Despesa Pública - Contratada	Realização	Euros	0	4 626 000	4 626 000		
		Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	Realização	kWh/ano	0	3 482 208	13 928 832	7 219 211,71	
05.02 - POSEUR (Fundo de Coesão)	882 651,01	Consumo de energia primária na administração regional e local	Resultado	tep	235 385	234 006	228 565		
		Equipamentos integrados em sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implementados	Realização	N.º	0	4	8	882 651,01	
		Sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos/implementados e reutilizados/modernizados	Realização	N.º	0	1	1	3	
		Entidades envolvidas nos sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implementados	Resultado	N.º	0	6	6	13	
		Acessibilidade à informação disponibilizada e partilhada nas plataformas colaborativas pelos utilizadores finais	Realização	N.º	0	5	5	11	
08.03 - PO NORTE (FSE)	6 766 114,24	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego incluindo autocemprego	Realização	N.º	0	541	902	6 766 114,24	
		Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autocemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	Resultado	%	60%	60%	60%	70%	
08.08 - PO NORTE (FSE)	2 072 845,91	Empresas que beneficiam de apoio	Realização	N.º	0	17	83	2 072 845,91	
		Postos de trabalho criados	Resultado	N.º	0	23	116		
09.01 - PO NORTE (FSE)	6 680 724,93	Participantes em ações de trabalho socialmente necessário	Realização	N.º	0	1 603	2 672	6 680 724,93	
		Entidades acreditadas na Bolsa do Voluntariado	Resultado	%	37%	37%	37%	42%	
09.01 - POSEUR (FSE)	3 523 057,40	Initiativas apoiadas de promoção da inclusão social por via da cultura	Realização	N.º	0	120	394	3 351 544,40	
		Initiativas concretadas de promoção da inclusão social por via da cultura	Resultado	%	0	70%	90%	90%	
09.04 - POSEUR (FSE)	1 019 684,01	Projetos apoiados de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	Realização	N.º	0	2	6	1 019 684,01	
		Projetos condutados de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	Resultado	%	0	70%	90%	90%	
09.07 - PO NORTE (FEDER)	2 262 638,04	Equipamentos sociais e de saúde apoiados	Realização	N.º	0	2	9	2 262 638,04	
		Acréscimo de utentes nos equipamentos sociais apoiados	Resultado	%	0	1%	5%		
10.01 - PO NORTE (FSE)	3 651 121,36	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	Realização	N.º	0	1	1	3 651 121,36	
		Alunos envolvidos nas atividades de combate ao insucesso escolar	Resultado	N.º	0	3 750	6 300		
10.05 - PO NORTE (FEDER)	16 150 000,00	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	Realização	%	82%	82,45%	83,35%	16 150 000,00	
		Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	Resultado	%					59 259 457,81
		Total Geral							





PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE



PROGRAMA DE  
DESENVOLVIMENTO  
RURAL 2014 - 2020



POSEUR  
PROGRAMA OPERACIONAL  
SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS  
2014 - 2020

X  
B  
D  
D

## ANEXO 3

PACTO aprovado pelas AG dos Programas financiadores

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO MINHO



## Comprovativo da Candidatura Plano Estratégico EIDT-99-2015-02-017

### Caracterização do Promotor

#### Aviso

Código	Designação
--------	------------

EIDT-99-2015-02	Convite para a apresentação de candidaturas para a aprovação de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial
-----------------	--

#### Programa Operacional

Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial

#### Eixo Prioritário

Não aplicável

#### Objetivo Temático

Não aplicável

#### Prioridade de Investimento

Não aplicável

#### Tipologia de intervenção

Não aplicável

#### Plano Estratégico





## Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social
508754496	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO MINHO
<b>Morada (Sede Social)</b>	
Rua Bernardo Abrunhosa, Nº 105	
Código Postal	Localidade
4900-309	VIANA DO CASTELO
NUT III	NUT II
Minho-Lima	Norte
Telefone	E-mail
258800200	geral@cim-altominho.pt
Telefax	URL
	<a href="http://www.cim-altominho.pt">http://www.cim-altominho.pt</a>

### Tipologia de Beneficiário

Associações de autarquias locais - Comunidade Intermunicipal

## Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável	Telefone Responsável
Eng. Julio Pereira	258800200
Cargo Responsável	Telemóvel Responsável
Secretariado Executivo Intermunicipal	
Serviço/Departamento	Email Responsável
Comunidade Intermunicipal do Alto Minho	geral@cim-altominho.pt
Email Alternativo	julio.pereira@cim-altominho.pt

## Experiência do Promotor

### Experiência do Promotor na implementação de Pactos

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização âmbito do QREN, incluindo dos resultados alcançados]



Sistematizam-se de seguida os principais elementos relativos à experiência da CIM Alto Minho na gestão de Programas de Ação desenvolvidos no ciclo de programação 2007-2013:

a) PTD Minho Lima 2007-2013

- Organismo intermédio do PO Norte 2007-2013 no âmbito da contratualização para a gestão do PTD Minho Lima;
- Parceria – 10 Municípios do Alto Minho;
- Investimento & Resultados – 129,6M€, salientando-se: (i) 29 centros escolares construídos, 6749 alunos beneficiados; (ii) Ciclo Urbano da Água: mais de 50.000 Hab. Beneficiados; (iii) Áreas de Acolhimento Empresarial: 220.900 m<sup>2</sup>; (v) Escola Superior de Desporto e Lazer de Melgaço, 500 alunos; (vi) Centro de Inovação e Logística de Valença, 350 alunos; (vii) Valorização económica de recursos específicos (Requalificação das Termas de Melgaço; Centro Cultural de Viana do Castelo).
- O PTD Minho Lima registou em 2011 a melhor taxa de execução ao nível nacional, contribuindo para o reforço significativo dos investimentos no Alto Minho através do mecanismo da “Bolsa de mérito à execução”.

b) Estratégia de Eficiência Coletiva (EEC) PROVERE “Minho IN”

- Entidade Chefe de Fila de parceria constituída entre CIM Alto Minho, CIM Cávado e CIM Ave e por um vasto conjunto de atores do setor público, associativo e privado (contemplando um território de vinte e quatro municípios, com um impacto direto em mais de um milhão e cem mil residentes), visando a valorização económica dos principais recursos endógenos do Minho;
- Investimento & Resultados. (i) Projetos âncora - Iniciativas de investimento público e/ou associativo no montante de cerca de 14 M€ (Turismo de Natureza; Saúde e bem-estar – 4 balneários; Enogastronomia; Artes e Produtos Tradicionais, Marketing territorial; Empreendedorismo em zonas de baixa densidade); (ii) Projeto complementares – Investimentos empresariais de mais de 34 M€;
- PROVERE Minho IN referenciado como estudo de caso do Relatório do Observatório do QREN 2007-2013, sendo salientada “a existência de um território pertinente, do ponto de vista da conceção de uma estratégia de desenvolvimento endógeno, e de uma parceria local, envolvendo os municípios e as suas associações, os grupos de ação local, as instituições de ensino (superior e profissional), as organizações não-governamentais na área do ambiente e os agentes empresariais e seus representantes, sob a forma quer de organizações socioeconómicas, quer de organizações socioprofissionais”.

c) GAC Litoral Norte 2007-2013 / PROMAR:

- Organismo intermédio para a gestão do eixo 4 – Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca do PROMAR 2007-2013.
- Parceria - Integra 29 parceiros, maioritariamente privados, abrangendo autarquias, instituições do ensino superior, associações de pescadores e de produtores, empresas ligadas à náutica e a pesca, etc.
- Investimento & Resultados – 4,3 M€ ; 37 projetos apoiados; 75% dos projetos promovidos por entidades de natureza privada ou associativa.
- Principais Referências: (i) Colaboração e Estudo de Caso no âmbito do “Study on the implementation of Axis 4 of the EEF” (MARE/2011/01), sendo salientadas “as relações próximas das comunidades com o GAC simplifica os procedimentos: os promotores não ficam intimidados” e que “a escala local / regional incrementa a possibilidade de sucesso dos projetos”. (ii) Na reportagem na FARINET Magazine (nº 11 2014) é salientado que “o GAC Litoral Norte concentrou os seus recursos no apoio a projetos de pequena escala, essencialmente do setor

## Copromotores Não Municipais

NIF	Designação	Prioridade Investimento
503138410	TEATRO DO NOROESTE - CENTRO DRAMÁTICO DE VIANA, CRL	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;
500793263	ACADEMIA DE MÚSICA DE VIANA DO CASTELO - CONSERVATÓRIO REGIONAL DO ALTO MINHO	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;



506290840	COMÉDIAS DO MINHO - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DE ACTIVIDADES CULTURAIS NO VALE DO MINHO	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;
508786193	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO ALTO MINHO, E.P.E.	Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;
509266614	COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
509266614	COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;
501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;
501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;
510089224	INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE, I.P.	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
510089224	INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE, I.P.	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;
507143868	Junta de Agricultores Álvora e Portela (Portela)	Valorização dos recursos florestais
E507162145	Junta de Agricultores de Gondelim (Cerdal)	Valorização dos recursos florestais
507929942	Junta de agricultores de Gibeilha (Sá)	Valorização dos recursos florestais
507797302	Junta de Agricultores da Levada do Rugido (Entre Ambos os rios)	Valorização dos recursos florestais
900297824	Junta de agricultores Cavaleiro	Valorização dos recursos florestais
507809254	Junta de Agricultores da Levada da Videira (Jolda Madalena)	Valorização dos recursos florestais
901848824	Junta de Agricultores da Levada de Alvaredo	Valorização dos recursos florestais
900298790	Junta de Agricultores da Levada de Carvelos	Valorização dos recursos florestais
900641347	Junta de agricultores da Levada de Fervença	Valorização dos recursos florestais



507784430	Junta de agricultores da Poça do Sapo (Cuide Vila Verde)	Valorização dos recursos florestais
900934883	Junta de Agricultores das Águas do Monte	Valorização dos recursos florestais
900972858	Junta de agricultores das Arroteias	Valorização dos recursos florestais
502513373	Junta de agricultores das Laceiras	Valorização dos recursos florestais
900916052	Junta de Agricultores das Presas do Rio, Leidão e Puxacos	Valorização dos recursos florestais
900977388	Junta de agricultores de Candedo, Cornedo e Cabreiro	Valorização dos recursos florestais
902058924	Junta de agricultores de Ceivães	Valorização dos recursos florestais
901364525	Junta de agricultores de Chã de Lamas	Valorização dos recursos florestais
901366838	Junta de Agricultores de Fial	Valorização dos recursos florestais
507741668	Junta de agricultores de Padreiro (Riba de Mouro)	Valorização dos recursos florestais
900714913	Junta de agricultores de Regadio de Meão	Valorização dos recursos florestais
902059971	Junta de agricultores do Corgo de Baixo e Crasto	Valorização dos recursos florestais
901380482	Junta de agricultores do Corgo e Crasto	Valorização dos recursos florestais
901668869	Junta de agricultores do Reg. Trad. de Leira Longa, Caçada de Baixo, Moinhos, Costinhas e Sandivas	Valorização dos recursos florestais
510841031	Junta de Agricultores do Regadio de Eiró (Vila e Roussas)	Valorização dos recursos florestais
507016181	Junta de Agricultores do regadio de Oliveira (Oliveira)	Valorização dos recursos florestais
900284129	Junta de Agricultores do Rego do Monte	Valorização dos recursos florestais
508593689	Junta de Agricultores do regadio da Fonte do Rei (Padreiro Salvador)	Valorização dos recursos florestais
510834337	Junta de Agricultores do regadio da Ponte Vespeira (Alvora/ Loureda)	Valorização dos recursos florestais
508185637	Junta de Agricultores do Regadio de Alsa Perna (Rio de Moinhos)	Valorização dos recursos florestais
507162145	Junta de Agricultores Poça do Couto (Cerdal)	Valorização dos recursos florestais
506728897	Junta de Agricultores Tola de Wade (Município de Valença)	Valorização dos recursos florestais
900513462	Junta de Agricultores de Real	Valorização dos recursos florestais

## Caracterização do Pacto



## Identificação da área de intervenção do Pacto

### NUTS III

Minho-Lima

#### Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

##### Situação atual do território

A presente síntese do diagnóstico da situação territorial do Alto Minho sustenta-se no documento da "Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial - EIDT "Alto Minho 2020" (e Elementos Complementares), centrando-se nas potencialidades e carências registadas nas principais áreas temáticas de intervenção dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial – PDCT.

I. Tecnologias de Informação e Comunicação: Como se salienta na EIDT, "a adesão dos Municípios do Alto Minho ao Simplex Autárquico, contribuiu para uma evolução para um standard intermunicipal de qualidade dos serviços prestados e dos processos internos de gestão". Não obstante, nem todos os municípios atingiram ainda os patamares requeridos, existindo, também, com a acelerada evolução tecnológica, um novo conjunto de serviços digitais autárquicos fundamental para reduzir os custos de contexto dos cidadãos e empresas, onde o Alto Minho apresenta um desempenho claramente abaixo dos 50% (tais como: disponibilização, preenchimento e submissão de formulários na Internet; pagamentos online através do sítio WEB; acompanhamento de processos de obras particulares; capacidade para garantir transações seguras; bilhetética).

II. Eficiência Energética. Os municípios do Alto Minho têm vindo a desenvolver um conjunto de ações orientadas para a racionalização do consumo de energia, onde se destaca a adesão dos 10 municípios do Alto Minho à iniciativa Covenant of Mayors da Comissão Europeia. Nesse âmbito, encontra-se aprovado e em fase de desenvolvimento um plano de ação para a sustentabilidade energética (PASE) para cada um dos dez municípios do Alto Minho, o qual, entre outros, integra medidas de promoção da eficiência energética na administração local, abrangendo, em particular, os edifícios públicos e os sistemas de iluminação públicos (sendo, estes últimos, os que registam maior peso nos consumos de eletricidade da Administração regional e local – cerca de 64%, em 2011 - registando o Alto Minho níveis de captação de consumo superiores àqueles da Região do Norte).

III. Riscos & Proteção Civil. De acordo com o estudo "Riscos Naturais e Mudanças Climáticas nas Regiões Europeias", do Programa ESPON, o Alto Minho encontra-se situado no conjunto das NUTS III europeias com maior sensibilidade ambiental às alterações climáticas. Esta circunstância é tanto mais preocupante, quanto, em termos de potencialidades, o Alto Minho se encontra inserido no conjunto de NUTS III da União Europeia com maior nível de incidência relativa de espaços naturais, integrando no seu hinterland de 60 minutos de influência, entre outros exemplos de excelência ambiental, o Parque Nacional da Peneda-Gerês / Reserva Mundial da Biosfera Gerês – Xurez, o único PN ao nível nacional.

De entre os principais riscos que afetam este território, importa destacar os seguintes: (i) Incêndios Florestais, onde, o Alto Minho surge, no estudo da ESPON, no conjunto de NUTS III com maior impacto potencial das alterações climáticas nos fogos florestais. Assinala-se neste âmbito que a superfície de área ardida no Alto Minho, entre 2002 e 2010, aumentou 126%, cerca de duas vezes acima do valor da região Norte e cerca de quatro vezes acima do valor nacional.;" (ii) Cheias, onde, além dos investimentos em zonas críticas já referenciadas no PO SEUR para o Alto Minho (ARH Norte – Ponte de Lima e Ponte da Barca – Rio Lima), numa escala de maior proximidade e possíveis danos/perda de valor, surgem ainda as seguintes zonas de suscetibilidade elevada (tal como definido no plano de riscos do Alto Minho): i) Monção/Melgaço – devido ao perfil de encaixe do rio Minho; ii) Ponte de Lima (Margem Direita) – confluência do rio Lima com os rios Labruja e Estorãos; iii) Valença - zona de confluência do rio Louro (Espanha)."; (III) Movimentos de vertente, onde as principais vulnerabilidades se situam "nas zonas de encosta associadas a áreas de declives elevados e de substrato rochoso mais facilmente desagregável".

IV. Resíduos Sólidos Urbanos: "A acessibilidade física do serviço no que respeita à proximidade dos alojamentos aos equipamentos de deposição de resíduos urbanos e a percentagem de alojamentos com serviço de recolha seletiva por ecopontos e/ou porta a porta apresentam situações diversas no Alto Minho. Relativamente à reciclagem de resíduos de embalagem, a avaliação dos serviços prestados no âmbito



territorial dos municípios do Alto Minho, evidencia existir ainda um longo caminho a percorrer".

V. Emprego, Desemprego & Empresas: Após o bom desempenho do mercado de trabalho do Alto Minho verificado entre 2006 e 2008, "o desemprego registado aumentou de forma persistente durante os 5 anos seguintes, atingindo o total de 13.895 indivíduos em 2013 e uma variação percentual de 95,0% face a 2008 (+ 6.770 indivíduos). Ou seja, o desempenho negativo do mercado de trabalho, que já dura há cerca de meia década, quase duplicou o número de desempregados registados no Alto Minho, com valores particularmente preocupantes, sobretudo, no desemprego dos mais jovens (nomeadamente, dos mais qualificados). Com efeito, 15,0% do desemprego registado no Alto Minho incidia sobre indivíduos até aos 24 anos e 22,5% na população dos 25 aos 34 anos, enquanto na Região do Norte as proporções eram de 13,5% e 20,5%, respetivamente. Uma decomposição simplista da qualificação dos recursos humanos entre "baixa-qualificação" (até ao 3 ciclo) e "alta-qualificação" (ensino secundário e superior) permite evidenciar que o Alto Minho exibia, comparativamente à Região do Norte, uma maior proporção de desemprego registado nos níveis de escolaridade mais altos, representado cerca de 39,0% do total, valor que compara com 34,4% na Região do Norte".

"O nascimento e a falência de empresas num determinado período de tempo dão indicações relativamente ao dinamismo económico no território. A taxa de natalidade de empresas (quociente entre o número de novas empresas e o número de empresas ativas) no Alto Minho foi de 11,7% em 2011, valor que compara com 12,2% na Região do Norte e 12,4% em Portugal", sendo a NUTS III que registava o pior indicador ao nível regional.

VI. Inclusão Social: O Indicador de poder de compra per Capita (IpC) para 2011 do Alto Minho registava valores inferiores aos observados na Região Norte e Portugal (77,6 para o Alto Minho e, respetivamente, 89,2 e 100 para a Região Norte e Portugal).

Importa também referir que, com cerca de 23,1% da população residente na faixa etária dos 65 ou mais anos, o Alto Minho regista níveis de envelhecimento claramente superiores os evidenciados em termos médios pela Região do Norte (17,1%) e por Portugal (19,0%) (INE,2011), assinalando-se que todos os concelhos do Alto Minho apresentam valores superiores ao registado para o País.. Estima-se, aliás, que, sem migrações, a população do Alto Minho perderá em 2100 pouco mais de 1/5 do seu universo populacional no cenário demográfico mais favorável; contudo, no cenário mais penalizador, ficaria reduzida a menos de 1/3 da sua dimensão, comparativamente com a população dos censos de 2011; ou seja, mesmo no cenário de reposição geracional, a sua estrutura etária, denotando o envelhecimento da população, não permite, por si só, a manutenção da dimensão atual. Esse "aumento do peso da população idosa requer o desenvolvimento de respostas sociais adequadas às necessidades dessa franja da população, mais premente nas zonas de baixa densidade onde as pressões sobre a oferta de serviços de proximidade se farão sentir com maior intensidade".

Importa salientar que "a evolução da capacidade de respostas sociais no Alto Minho tem acompanhado de perto a tendência nacional neste domínio. Não obstante essa evolução positiva, verificam-se ainda níveis preocupantes em algumas respostas sociais, sobretudo, de pessoas idosas e na área da deficiência. Com efeito, no caso das respostas aos idosos 50% dos municípios do Alto Minho ainda apresentam uma taxa inferior ao valor médio registado ao nível nacional; por seu lado, na primeira infância, 40% dos municípios do Alto Minho registam taxas de cobertura inferiores ao valor médio nacional. Existem outras situações de desigualdade social no Alto Minho, nomeadamente: (i) Uma problemática muito reconhecida pelos diagnósticos sociais das redes sociais é a violência doméstica, frisando-se a necessidade de respostas sociais às respetivas vítimas; (ii) Famílias monoparentais, apresentando o Alto Minho uma proporção de núcleos familiares monoparentais (13,6%) inferiores à média para o Continente (14,8%) e similar à região Norte (13,7%); (ii) No que respeita à problemática das crianças e jovens em risco, "segundo o relatório das CPCJ, a referenciação das crianças e jovens a esta Comissão resulta na sua maioria de casos de violência doméstica e Problemas Ligados ao Álcool".

VII. Educação e Qualificação dos Recursos Humanos. A população residente no Alto Minho é relativamente menos escolarizada do que a população portuguesa na sua globalidade e do que a população da Região Norte. A taxa de saída da escola sem conclusão do ensino secundário no grupo etário de 18-24 anos é um indicador próximo do utilizado à escala europeia para monitorizar a redução da saída precoce da escola, uma das metas emblemáticas da Estratégia Europa 2020, constatando-se que em 2011 60% dos concelhos do Alto Minho não atingiam os valores médios da Região do Norte e de Portugal. Face aos valores registados para o Alto Minho, o reforço do investimento na educação deverá permitir evoluir positivamente no sentido de



convergir para uma taxa de abandono escolar precoce inferior a 10 %, contribuindo desta forma para que Portugal possa concretizar as metas da Europa 2020.

Em relação aos equipamentos escolares, encontram-se referenciados no Alto Minho diversos investimentos urgentes de construção/ beneficiação de equipamentos escolares, nomeadamente: (i) investimentos da competência da administração central em que os Municípios, através de protocolos já realizados ou a realizar, aceitam atuar em nome da administração central (cerca de 87,5% do montante total); (ii) investimentos de expansão da rede de estabelecimentos escolares da responsabilidade dos Municípios; (iii) investimentos de beneficiação da rede de estabelecimentos escolares dos Municípios, não envolvendo a expansão da oferta (sendo parte relevante associada à substituição das placas de fibrocimento/ amianto na cobertura das escolas).

## Análise SWOT

### Principais Oportunidades

- Estratégias europeias, nacionais e regionais de valorização dos recursos endógenos orientadas para a criação de emprego e riqueza (Turismo de natureza; Património natural, histórico e cultural; Orla costeira e nos rios; Circuitos curtos; Energias renováveis);
- Estratégias europeias, nacionais e regionais para o crescimento inclusivo (Qualificação dos recursos humanos para a resposta social e promoção do envelhecimento ativo; Articulação ensino vs centros de conhecimento; Objetivos europeus de emprego, combate ao abandono escolar e ensino superior);
- Mercado de proximidade de mais de 3 milhões de hab. a menos de 60 min(Cooperação transfronteiriça com os principais clusters da Galiza; Proximidade da AMP, Braga/Guimarães e Vigo; Modelo de vivência "urbano" em articulação com o "verde"; Aumento dos passageiros no aeroporto do Porto).

### Principais Ameaças

- Limites da exploração dos recursos endógenos (Uso extensivo do solo rural gera produtividades decrescentes e consequente abandono dos terrenos agrícolas; Processos produtivos com fracas exigências ambientais; Degradação de recursos ambientais e patrimoniais);
- Evolução comparativa do dinamismo económico da envolvente territorial e do comércio internacional (Vulnerabilidade aos ciclos económicos da União Europeia; Disparidades nos níveis salariais praticados e no perfil do emprego e especialização dificultam a fixação e atração de mão-de-obra qualificada);
- Tendência demográfica desfavorável nas zonas rurais europeias (Perda de população e envelhecimento com reflexos na dimensão da bolsa de mão-de-obra disponível; Esvaziamento do mundo rural pela ausência de serviços de proximidade e ofertas de emprego capazes de fixar e/ou atrair população).

### Principais Pontos Fortes

- Qualidade e diversidade dos recursos endógenos (Boas condições naturais para a produção de energias alternativas renováveis; Vocação para as atividades ligadas ao setor primário; Diversidade e qualidade dos produtos locais; Biodiversidade - espécies hortofrutícolas e raças autóctones)
- Excelência dos valores naturais, paisagísticos e de qualidade de vida (Parque Nacional da Peneda-Gerês: reserva da biosfera; Património natural e zonas protegidas; Mosaico verde da paisagem e identidade marcadamente rural; Ruralidade moderna como símbolo da singularidade do território, que conjuga a memória e a herança do passado com a excelência de um cosmopolitismo rural; Centros históricos e qualidade de vida);

### Principais Pontos Fracos



- Dificuldades na valorização económica dos recursos endógenos (Atividades ligadas ao setor primário percecionadas como “menos dignas”; Estrutura fundiária caracterizada pelo minifúndio e ausência de cadastro; Desequilíbrio entre os recursos e o seu potencial de aceitação pelo mercado; Ausência de uma estratégia de comunicação integrada; Cultura de trabalho em rede ainda incipiente; Excentricidade da região em relação aos canais de difusão de informação relevantes; Fraca relação funcional entre as zonas urbanas e os territórios de génesis rural);  
- Dificuldades nos domínios do emprego e da empregabilidade (Perfil de emprego pouco qualificado; Formação profissional desadequada às necessidades do tecido empresarial; Espírito empreendedor frágil; Desemprego elevado dos mais jovens e mais qualificados; Respostas sociais ainda frágeis em determinados domínios).

#### Desafios e Fatores Críticos de Sucesso



Considerando o diagnóstico e as prioridades da EIDT "AM 2020" e as áreas de intervenção nos PDCT 2015-2020, o desafio central para este efeito é "COMO TORNAR O ALTO MINHO UMA REGIÃO MAIS RESILIENTE?"

A resposta ao desafio para que o Alto Minho se torne uma região mais resiliente deve ser "baseada numa leitura articulada das vulnerabilidades do território em três grandes domínios (ambiente, economia e sociedade), bem como a identificação dos elementos territoriais que devem ser mobilizados e potenciados para melhorar a capacidade de resposta às mudanças que emergem das dinâmicas globais e aos "choques" ou desafios mais localizados".

"O desígnio temático de suporte à estratégia que contribui para a construção de um território mais resiliente assume uma rutura contida, pois pressupõe que os processos de mudança sejam aplicados em virtude de objetivos: (i) de inclusão social e coesão territorial, pelo que estes processos devem antecipar as necessidades da população e as debilidades do território; (ii) de sustentabilidade, pelo que os processos de intervenção devem assegurar que as mudanças desejadas são compatíveis com os limites definidos em termos da defesa do ambiente e do património histórico; (iii) e de competitividade, pelo que os processos de mudança devem promover a flexibilidade do tecido económico da região sem prejuízo do perfil de especialização e das vocações produtivas do Alto Minho".

A melhoria da capacidade de resposta do Alto Minho está, assim, "fortemente alicerçada na base de recursos da região e na articulação sensata com que esses recursos são mobilizados e potenciados, num quadro de promoção de equilíbrios entre a base ambiental, a base humana e a base das atividades económicas realizadas na região. O Alto Minho é um território onde sobressai a sua base ambiental, pela diversidade e qualidade dos recursos naturais, mas que apresenta dificuldades em promover esta identidade através da valorização económica dos recursos endógenos e da projeção externa do património natural. Por outro lado, a região demonstra algumas lacunas ao nível da formação e qualificação do capital humano, essencial para o desenvolvimento e acumulação de capital social e da aprendizagem social (individual e organizacional) que, em conjunto, sustentam a capacidade de adaptação da região. Por fim, a reduzida iniciativa empresarial de base local, associada aos baixos níveis de investimento em I&D e de um sistema de inovação regional, permitem antever os desafios que se colocam ao estímulo do empreendedorismo e à reorientação do tecido empresarial para modelos de negócio baseados na inovação, na incorporação de conhecimento e na diferenciação".

Em síntese, a construção dos mecanismos de promoção da resiliência do Alto Minho deve considerar os seguintes fatores críticos:

- Considerar as interdependências entre o ecossistema e sistema socioeconómico, garantindo o equilíbrio entre a base ambiental, a base humana e a base de atividades económicas;
- Mobilizar e articular ativos regionais especializados que contribuam para a criação de sinergias que aumentem a capacidade de resposta e adaptação da região;
- Definir uma estratégia assente no capital social e nas instituições regionais que permita identificar novas trajetórias de desenvolvimento, orientadas para objetivos de coesão, competitividade e sustentabilidade".

## Estratégia

### Objetivos e vocação específica do ITI

Constitui vocação específica do PDCT "AM 2020" tornar o Alto Minho numa região mais resiliente, "gerando sinergias indutoras de dinâmicas de adaptação que impulsionem as restantes prioridades temáticas da Estratégia "AM 2020", a saber: (i) a competitividade, pelo contributo para a criação de um ambiente favorável para que as empresas e os empreendedores ajustem as suas estratégias e modelos de negócio às mudanças na conjuntura económica e/ou nos fatores competitivos; (ii) a conectividade, pela garantia de uma ligação efetiva que permita gerar coesão territorial em que as cidades "floresçam" e o mundo rural não definde e possa projetar a região no mundo; (iii) e a atratividade, na promoção de modelos de negócio flexíveis e adaptáveis, num quadro onde se garanta a sustentabilidade do património natural da região".

Neste sentido, o diagnóstico prospectivo confirma a necessidade do Alto Minho adotar uma estratégia transversal que "incorpore objetivos coerentes de: (i) sustentabilidade e ecologia, pela iniciativa empresarial de cariz "verde" direcionada para o aproveitamento do potencial dos recursos endógenos; (ii) de inclusão social e coesão territorial, pela definição de mecanismos que promovam a mobilidade profissional, aquisição de competências e a valorização de saberes tradicionais; (iii) e de competitividade e crescimento sustentado, pela adoção de processos flexíveis, ancorados em competências específicas e na incorporação de conhecimento".

Neste contexto, sistematizam-se, de seguida, os Objetivos Estratégicos do PDCT "AM 2020":

- I. Promover a resiliência por via da competitividade. O sucesso da estratégia de promoção da resiliência do



Alto Minho está associado à "capacidade da região em melhorar a sua posição competitiva pela criação de condições que estimulem a flexibilidade e adaptabilidade do tecido empresarial do Alto Minho, para que consiga criar dinâmicas de antecipação, resposta e mudança às exigências de um quadro concorrencial global que altera, com maior frequência, os paradigmas competitivos".

Apesar do maior pendor industrial revelado pela região, "a valorização económica dos recursos endógenos ainda é incipiente, configurando uma oportunidade para reforçar os mecanismos de resiliência da região por da (re)orientação e alargamento das atividades da indústria transformadora para o aproveitamento destes recursos, conjugando uma exploração sustentável com a incorporação de novos processos produtivos e modelos de negócios inovadores que permitam aumentar a competitividade destes setores".

O empreendedorismo assume, assim, um papel essencial para tornar o Alto Minho uma região mais resiliente, "na medida em que se pode constituir como mecanismo de resposta para enfrentar crises económicas ou permitir desenvolver modelos de negócio inovadores através da exploração de atividades tradicionais. Deste modo, é essencial que a região seja capaz de, numa lógica de envolvimento e cooperação dos diferentes agentes no território, realizar um mapeamento das oportunidades, proporcionar um acompanhamento dos jovens e identificar as competências e entidades a envolver, para que se traduzam em resultados concretos no tecido empresarial do Alto Minho".

Por fim, a resiliência do território assenta fortemente quer no perfil do capital humano e nas dinâmicas de aprendizagem individuais e organizacionais, quer na capacidade do setor público ir reduzindo os custos de contexto para as empresas e cidadãos. "O atual de perfil de habilidades e os níveis de remuneração praticado no território constituem um entrave à capacidade de adaptação, ao ajuste a novos modelos competitivos e à captação/fixação de talentos, pelo que importa, não só, definir uma estratégia que promova a aquisição de competências, a capacitação de pessoas e organizações, mas também a criação de novos modelos de concertação social".

II. Promover a resiliência por via da sustentabilidade. Tornar o Alto Minho uma região mais resiliente implica, também, garantir "o equilíbrio entre a base ambiental e a base de atividades económicas do território. A qualidade ambiental e a biodiversidade do Alto Minho constituem dimensões qualificadoras do território, essenciais para uma estratégia orientada para a atração e/ou fixação de pessoas, para a promoção do empreendedorismo de base local, para captação de investimentos e para a criação de emprego, em suma, para a promoção da resiliência da região. Com efeito, a região apresenta uma paisagem que sobressai pela qualidade dos recursos naturais, corroborada por um dos mais elevados índices sintéticos de desenvolvimento regional na dimensão ambiental, traduzida numa paisagem "verde" que cobre grande parte do território, conjugada com o "azul" dos rios, que recortam a região e definem os seus vales, e com a orla costeira, enquanto local de encontro com o Atlântico".

Estes recursos configuram "oportunidades inequívocas para a criação de riqueza e emprego na região, seja pela aposta nas atividades ligadas à fileira florestal, ao setor agroalimentar, à economia do mar e às energias renováveis, seja pelo reforço e alargamento das atividades turísticas relacionadas com o património natural, em que importa, no entanto, salvaguardar que estas atividades se desenvolvem num quadro que garanta o equilíbrio entre ambiente e a atividade humana, conciliando o natural com o artificial, a preservação da paisagem com o usufruto e a sua valorização económica".

A garantia da sustentabilidade do património natural do Alto Minho é, desta forma, uma condição inexorável para a estratégia de melhoria da resiliência da região, que, no entanto, deve ser complementada com apostas pragmáticas em vertentes como o empreendedorismo que estimule a construção de soluções positivas que acompanhem as tendências em curso e pela adoção de soluções minimizadoras do impacto ambiental das atividades económicas".

Desta forma, "a promoção da resiliência do Alto Minho por via da sustentabilidade deverá ser prosseguida também numa lógica de valorização dos recursos naturais e da biodiversidade, conjugada com a sustentabilidade energética em que a articulação dos agentes do território que promova a convergência de desígnios estratégicos indutores equilíbrios é fundamental" (abrangendo quer infraestruturas públicas, quer estruturas de utilização coletiva privada como os regadios).

Por fim, a resiliência do Alto Minho enquanto território sustentável "passa, também, por uma estratégia de comunicação e formação que concilie a consciencialização ambiental com as intervenções associadas ao processo de desenvolvimento económico, social e territorial, criando dinâmicas de ação nos stakeholders do território que permitam prevenir riscos, atenuar vulnerabilidades e responder de forma rápida às exigências que as pressões sobre os recursos naturais colocam no atual quadro global".

III. Promover a resiliência por via da coesão. A promoção da resiliência no Alto Minho "assenta, cumulativamente, na construção de um território coeso e inclusivo, para o qual a capacidade da resposta social, o capital humano, a formação profissional e o modelo de articulação urbano-rural contribuem de forma decisiva. A dinâmica populacional da região, caracterizada pela diminuição da proporção da população jovem em detrimento do aumento da proporção dos idosos, coloca desafios ao modelo de renovação populacional



naquilo que se prende com a capacidade do Alto Minho conseguir repor ou atrair população jovem que permita inverter esta tendência. Esta realidade é mais preocupante nas zonas rurais, em que o esvaziamento verificado torna premente a definição de uma estratégia que permita responder às necessidades de uma população mais envelhecida e isolada".

Por outro lado, "o Alto Minho será um território mais resiliente na medida em que consiga proporcionar uma resposta social eficiente e eficaz às populações em risco, no quadro mais alargado da articulação supramunicipal dos agentes do terceiro setor orientado para a otimização de investimentos e recursos que garantam o acesso aos equipamentos e às respostas sociais e que promovam a coexistência de formas alternativas de apoio social e inclusão, em contextos de maior proximidade entre as populações e de núcleos familiares mais alargados que respondam às pressões causadas por exigências conjunturais, mais evidentes em contexto de crise. O envelhecimento da população do Alto Minho deverá, assim, ser encarado como um desafio, pelas exigências que coloca ao nível da capacidade de resposta da região, mas também como uma oportunidade para a criação de postos de trabalho qualificados, em resposta à dinâmica populacional, que podem permitir fixar ou atrair população mais jovem para o território".

A promoção da coesão social e territorial no território "não pode ignorar a importância da educação e qualificação da população residente como mecanismos que capacitam a região para contextos de mudança. O Alto Minho apresenta uma população residente relativamente menos escolarizada do que a média em Portugal e um perfil de emprego menos qualificado, pelo que importa estruturar um modelo de educação e formação que estruture a oferta formativa em função das vocações da região (agricultura, floresta, pesca, energia), numa perspetiva moderna que valorize e dignifique as tradições do Alto Minho e incentive a mobilidade profissional e a aquisição de competências como meios para promover a inclusão e a coesão social".

Em síntese, o PDCT "AM 2020" concentrará a sua ação na promoção da resiliência da região por via da competitividade, da sustentabilidade e da coesão, alocando os recursos financeiros necessários no sentido de: (i) em termos territoriais, contribuir para a persecução da EIDT e Plano de Ação "AM 2020", no que se refere às prioridades e metas estabelecidas (em particular, na vertente "Alto Minho Resiliente"); (ii) nos serviços coletivos territoriais de proximidade, contribuir para atingir referenciais de planeamento intermunicipais fixados para os níveis de qualidade, acessibilidade e eficiência da provisão das redes de serviços coletivos territoriais de proximidade do Alto Minho (nomeadamente, nas vertentes dos serviços sociais, educativos, agrícolas, energia, ou digitais); (iii) em termos económicos, contribuir para a valorização económica dos principais recursos endógenos referenciados na EIDT "AM 2020" (nomeadamente, nos domínios ligados às fileiras/setores da floresta, do agroalimentar, do mar/rio e das energias renováveis).

#### **Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto**



Como é assumido na EIDT "AM 2020", "o modelo de desenvolvimento territorial do Alto Minho deve ser interpretado numa lógica de envolvimento de todos os stakeholders da região, encontrando-se ancorado em redes de cooperação institucionais que sejam o reflexo de estratégias partilhadas pelos diferentes agentes do território".

Neste contexto e além do envolvimento dos parceiros no modelo de governação do PDCT (cfr. ponto 5.3), a presente proposta de PDCT materializa esta perspetiva de participação ativa dos principais stakeholders do Alto Minho, nomeadamente, através das seguintes vertentes:

- Participação dos atores territoriais na co-construção e /ou atualização da Estratégia "AM 2020" e do seu Plano de Ação, enquanto condição essencial para a adequada concretização, nas áreas aplicáveis, no PDCT AM 2020. Neste âmbito, merece destaque a participação no processo de formulação e validação estratégica (em sede do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Minho - CEDI-AM) da EIDT "AM 2020": (i) das entidades públicas chave para a estruturação das principais áreas temáticas dos PDCT, envolvendo, quer os municípios, quer, nomeadamente, o IEFP Norte, a DGEST – Norte, Segurança Social de Viana do Castelo, a Direção Regional de Agricultura do Norte, a Direção Geral de Energia e Geologia, a ANPC, a AMA, a Associação Nacional de Escolas Profissionais, a Direção Regional de Cultura do Norte, a GNR, a União das Misericórdias Portuguesas, a ULSAM ou a própria CCDRN; (ii) dos principais parceiros chave privados e associativos que serão potenciais beneficiários das medidas do PDCT "AM 2020", nomeadamente, de entidades empresariais, do sistema científico e tecnológico, do terceiro setor / economia social e dos agentes culturais (por exemplo, Associações Empresariais, IPVC, IPSS, Teatros, Escolas de Música, etc);
- Promoção de iniciativas públicas de informação, sensibilização e apresentação de Resultados do PDCT, abrangendo, nomeadamente: (i) a promoção de ações de informação / sensibilização relativas às diversas Medidas do PDCT, orientada para os seus potenciais beneficiários, bem como a sua disseminação junto de atores regionais indutores / catalisadores de procura potencial; (ii) a realização de uma sessão pública anual de apresentação dos resultados do PDCT, bem como de balanço e perspetivas da aplicação dos diversos instrumentos de financiamento do "Portugal 2020" no território do Alto Minho; (iii) Elaboração de Relatórios periódicos sobre a evolução das principais dinâmicas territoriais no Alto Minho, bem como sobre a aplicação dos distintos instrumentos de financiamento do Portugal 2020 (abrangendo, naturalmente, o PDCT AM);
- Utilização das tecnologias de informação e comunicação enquanto ferramentas essenciais para o acompanhamento e interação com os vários agentes do território, propondo-se: (i) a evolução do site Alto Minho 2020 para uma plataforma online que permita uma melhor gestão da rede de parceiros, a agilização dos processos e dos conteúdos gerados, facilidade na comunicação e divulgação das atividades desenvolvidas, proporcionando a todos os intervenientes o acompanhamento e intervenção online nos processos em curso; (ii) a disponibilização no site específico para o PDCT de informação de suporte à sua gestão e monitorização, quer em sede de apresentação de candidaturas, quer de balanço dos respetivos níveis de aprovação e de execução física e financeira.

#### **Modelo de estruturação do sistema urbano e de articulação com os planos territoriais de âmbito municipal e intermunicipal, e metodologia do plano de mobilidade sustentável (recomendações da decisão de reconhecimento da EIDT)**

A elaboração e posterior execução da proposta de PDCT "Alto Minho 2020" terão em consideração as recomendações aprovadas pela Comissão Nacional de Avaliação em relação à EIDT "Alto Minho 2020", nomeadamente, no que respeita às seguintes dimensões:

- (1) Considerando as opções estratégicas e aos recursos disponíveis, o processo de definição das áreas prioritárias de investimento do PDCT "AM 2020", teve em conta os seguintes referenciais estratégicos:
  - Grau de coerência dos Eixos, Medidas e Projetos do Programa de Ação do PDCT AM 2020 com o eixo temático da EIDT "AM + Resiliente" e Plano de Ação AM 2020 (e respetivos elementos complementares), quer ao nível do racional estratégico dos principais Resultados que influenciam os critérios de seleção das iniciativas, quer no que se refere à sua articulação / integração nos programas de ação e projetos do Plano de Ação AM 2020;
  - Nível de enquadramento / admissibilidade das propostas de Medidas e Projetos do PDCT AM 2020, quer às prioridades de investimento / tipologias de operações elegíveis aos PDCT, quer ao conteúdo dos PO financiadores, quer no que se refere às disposições dos Regulamentos Específicos aplicáveis. Neste contexto e tendo em vista dar a necessária coerência e sentido operacional às propostas de:
- b.1) Medidas apresentadas: (i) cada Medida ficou associada a apenas uma PI; (ii) cada Medida ficou associada apenas a uma Tipologia de operações individualizada definida nos termos do PO financiador. Pretende-se, assim, em ambos os casos, contribuir, sempre que possível, para tornar desde já mais realistas



e coerentes com a matriz de programação dos POs financiadores e Regulamentos Específicos, as propostas de objetivos específicos, de programas de ação e de projetos âncora identificadas em sede de EIDT e seu Plano de Ação;

b.2) Projetos apresentados, onde se optou, regra geral, por estruturar projetos integrados ao nível intermunicipal e/ou municipal (por exemplo, no caso da eficiência energética, do abandono escolar, dos riscos, ou da modernização administrativa), situação que, na nossa ótica, permite uma abordagem mais coerente e orientada para os resultados globais a atingir, contribuindo ainda, em sede de gestão, para reduzir os custos burocráticos associadas à proliferação de pequenos projetos;

c) Grau de coerência entre Programação Financeira, metas de Indicadores de Realização / Resultado por Medida / Tipologia de Projeto e Projetos Âncora identificados, articulando, sempre que aplicável: (i) a programação financeira das Medidas com os respetivos indicadores de realização e de resultado, abrangendo quer os indicadores de realização e de resultado previstos em sede do Aviso, quer outros indicadores entendidos como prioritários face à medida e/ou tipologia de operações em causa); (iii) a especificação dos Projetos do PDCT, no sentido de assegurar a discriminação de, pelo menos, 75% dos investimentos a realizar para a contratualização dos resultados contratualizados;

d) Grau de consistência da montagem técnica, financeira e institucional dos Projetos âncora propostos, sustentada em Ficha Ação com as propostas das entidades beneficiárias, abrangendo: (i) a fundamentação da sua articulação com a EIDT / Plano de Ação AM 2020; (ii) Diagnóstico Sintético; (iii) Objetivos Específicos; (iv) Descrição das Atividades a Desenvolver; (v) Entidade Promotora; (vi) Principais Destinatários; (vii) Recursos Necessários; (viii) Estado de Maturação; (ix) Indicadores de Realização / Resultado; (x) Calendarização; (xi) Dotação Financeira, sempre que possível e aplicável, fundamentada em valores unitários e quantidades;

e) Grau de viabilidade institucional e financeira da proposta de Programa de Ação. Face às carências muito significativas referenciadas nas áreas temáticas do PDCT e à limitadíssima dotação financeira colocada a concurso, procurou-se, ainda assim, promover o necessário equilíbrio nas Medidas e Projetos âncora propostos, quer em relação ao referencial máximo financeiro considerado para o Alto Minho em algumas das Medidas, quer no que se refere à necessária coesão económica e social externa e interna ao território do Alto Minho (cfr ponto 4.1);

(2) A definição de programas de ação para a melhoria da qualidade e/ou do acesso à provisão de redes intermunicipais de serviços coletivos territoriais de proximidade (nomeadamente, serviços sociais e educativos) será efetuada com base num exercício de planeamento e concertação territorial (mapeamento) entre a CCDRN, os setores e a CIM Alto Minho, ponderando, em particular, "as dinâmicas de evolução do subsistema urbano da sub-região e o seu papel na estruturação e desenvolvimento dos territórios envolventes, em função quer de dinâmicas demográficas, quer de dinâmicas funcionais que resultem da implementação da estratégia".

(3) Além da definição das redes intermunicipais de serviços coletivos territoriais de proximidade, a fixação da localização e envolvente dos investimentos infraestruturais públicos e privados terá também em consideração, quer a sua indispensável compatibilidade com o uso e ocupação urbana do solo, quer as perspetivas de desenvolvimento urbano preconizadas pelas EIDT (em particular, no que se relaciona com os projetos situados nas áreas de influência de ARUS);

(4) A CIM Alto Minho, na sequência de estudos de mobilidade realizados durante o QREN 2007-2013, desenvolverá no âmbito do "Portugal 2020" uma proposta de plano de mobilidade sustentável de âmbito NUTS III, o qual, no contexto das PI / Tipologias previstas nos PDCT, contribuirá para otimizar a qualidade de acesso e/ou de provisão da generalidade dos serviços coletivos territoriais de proximidade (nomeadamente, nas vertentes dos equipamentos sociais e educativos). O referido Plano de Mobilidade Intermunicipal terá ainda, também, um papel importante quer na melhoria da eficiência e eficácia dos transportes escolares (elemento potencialmente relevante no combate ao abandono escolar), quer no acesso dos idosos aos serviços públicos em apreço (e, também, a iniciativas culturais, desportivas ou de cidadania essenciais à promoção de um envelhecimento ativo), quer ainda para o próprio alargamento e/ou consolidação da área de influência do mercado de emprego;

(5) A definição das medidas e projetos do PDCT "Alto Minho 2020" articular-se-á igualmente com as iniciativas municipais de intervenção na área da regeneração e revitalização urbanas e intervenções em comunidades urbanas desfavorecidas, quer no que respeita ao processo de integração urbana dos serviços coletivos territoriais de proximidade (nomeadamente, nas medidas de apoio à reconversão de equipamentos sociais e educativos), quer ao nível de processos de capacitação de atores e de aprendizagem em rede (em particular, nas medidas de apoio ao empreendedorismo e à inclusão social, mas também por via de iniciativas de promoção da cultura para todos, do idade mais ou da bolsa especializada de voluntariado).



## **Valor económico e social da intervenção estratégica (para atingir os objetivos inerentes ao crescimento sustentável e inclusivo)**

Considerando os três Objetivos Estratégicos enunciados, pretende-se que a intervenção estratégica do PDCT "AM 2020" maximize o seu valor económico e social para atingir os objetivos inerentes ao crescimento sustentável e inclusivo do território, nomeadamente, através do seu contributo para a persecução das seguintes metas da EIDT "AM 2020":

A. Crescimento Sustentável, onde se destaca o contributo do Objetivo Estratégico II- Promover a Resiliência por Via da Sustentabilidade do PDCT AM 2020 para as seguintes:

(i) Metas da EIDT "AM 2020":

- Reduzir gradualmente a intensidade energética da economia nos seguintes patamares (1%, a 3 anos; 3%, a 5; 8%, a 10).
- Diminuir a taxa de superfície florestal ardida, aproximando-a dos valores médios nacionais para 3, 5 e 10 anos.

(ii) e Plano de Ação (PA) EIDT "AM 2020": P 4.2 - Projeto integrado de promoção da sustentabilidade energética do Alto Minho; P 4.1 - Valorização, gestão ativa e preservação da rede de biodiversidade do Alto Minho; P 4.4 - Capacitação, prevenção e mitigação de riscos; P 4.6 - Melhoria da recolha, tratamento e otimização sustentável de resíduos sólidos no Alto Minho; P 6.7 Promoção para o desenvolvimento rural no Alto Minho.

B. Crescimento Inclusivo, onde se salientam os contributos do:

(i) Objetivo Estratégico I - Promover a Resiliência por Via da Competitividade do PDCT AM2020 para as seguintes

(i.1) Metas da EIDT "AM 2020":

- Inverter a tendência de crescimento do desemprego jovem a 3, 5 e 10 anos.
- Evoluir positivamente na Iniciativa empresarial (taxa de natalidade das empresas), convergindo para o ritmo de criação de novas empresas no país e na região do Norte para 3, 5 e 10 anos.
- Convergir no Rácio colocações vs desempregados inscritos no centro de emprego para os seguintes patamares: Até 3 anos: 13 a 14% de colocações sobre total de inscritos; Até 5 anos: 14 a 16%; Até 10 anos: 16 a 18% de colocações sobre total de inscritos.

(i.2) e PA EIDT "AM 2020": PA 6 -Alto Minho com potencial endógeno; P 5.4 - Planeamento, dinamização e monitorização de iniciativas âncora de desenvolvimento social; P 7.4 - Dinamização e consolidação da rede regional de empreendedorismo; 7.5 - Dinamização e monitorização do pacto territorial para a empregabilidade do Alto Minho; P 9.1 - Modernização dos serviços coletivos locais;

(ii) Objetivo Estratégico III - Promover a Resiliência por Via da Coesão do PDCT AM 2020 para as seguintes:

(ii.1) Metas da EIDT "AM 2020":

- Evoluir positivamente, mantendo tendência de melhoria a um ritmo superior ao do País no sentido de atingir em 5 anos o patamar dos 10%, contribuindo deste modo para que Portugal possa atingir a meta Europa 2020 "Valor da taxa de saída precoce da escola no grupo etário de 18-24 anos inferior a 10%" .
  - Reforçar as respostas sociais para idosos atingindo patamares entre: Até 3 anos: 12% a 14%; Até 5: 14% a 20%; Até 10: superior a 20%
  - Evoluir positivamente, mantendo a capacidade de resistência à subida do desemprego, garantindo patamar inferior a 90% do indicador de desemprego registado de Portugal para 3, 5 e 10 anos.
- (ii.2) e PA EIDT "AM 2020": 5.1 - Promoção das condições de excelência/qualidade no ensino básico e secundário; P 5.4 - Planeamento, dinamização e monitorização de iniciativas âncora de desenvolvimento social; P 5.2 - Promoção do livro e da leitura; P 5.3 - Promoção de comunidades saudáveis; 7.5 - Dinamização e monitorização do pacto territorial para a empregabilidade do Alto Minho.

## **Caracterização do Projeto**

### **Programa de Ação**

#### **Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir**

Considerando a estratégia e referenciais estratégicos expostos no ponto 3, sistematiza-se, de seguida, a proposta de estrutura do Programa de Ação do PDCT, abrangendo a especificação dos seus Objetivos Estratégicos (OEst)/ Objetivos Específicos (OE), Eixos Prioritários (EP) / Medidas (M): EP I – Oest -



Promover a Resiliência por Via da Competitividade M I.1 - Objetivo Específico (OE) - Promoção do Empreendedorismo de Base Local e Social – Vertente Emprego (FSE); M I.2 - OE - Promoção do Empreendedorismo de Base Local e Social – Vertente Investimento Empresarial (FEDER); M I.3 - OE - Redução de Custos de Contexto na Administração Local; EP II - OEst - Promover a Resiliência por Via da Sustentabilidade M II.1 - OE - Promoção da Sustentabilidade Energética na Administração Local; M II.2 - OE - Capacitação para a Prevenção das Alterações Climáticas; M II.3 - OE - Capacitação para a Prevenção dos Riscos; M II.4- OE - Sensibilização para a Reutilização de Resíduos; M II.5 - OE - Promoção da Eficiência de Regadios Existentes; M II.6 - OE - Promoção de Ação de Estruturação Fundiária. EP III - Oest - Promover a Resiliência por Via da Coesão M III.1 - OE - Qualificação da Rede Territorial de Serviços Coletivos de Educação de Proximidade; M III.2 - OE - Dinamização do Programa Intermunicipal de Combate ao Abandono e Insucesso Escolar; M III.3 - OE - Qualificação da Rede Territorial de Serviços Coletivos Sociais de Proximidade; M III.4 - OE - Promoção da Inclusão Social pela Arte & Cultura; M III.5 - OE - Promoção do Envelhecimento Ativo; M III.6 - OE - Promoção da Inserção Profissional, Empregabilidade e Emprego; M III.7 - OE - Mobilização e Capacitação do Voluntariado. A estruturação da programação financeira das Medidas e respetivos Projetos teve em consideração os seguintes aspetos: (i) Grau de procura potencial de cada Medida, devidamente fundamentado em propostas de Fichas Ação dos Projetos elaboradas pelos potenciais promotores, bem como nos indicadores de realização e de resultados propostos; (ii) Ponderação do grau de intensidade do tema chave da Tipologia de Operações no território do Alto Minho vs Referencial dimensão / coesão territorial do Alto Minho face à área total de elegibilidade territorial das Tipologias de Operações; (iii) Grau de maturação do processo de planeamento interinstitucional, existindo neste âmbito: (iii.1) Diversas condicionantes alheias à vontade da CIM e Municípios do Alto Minho que implicam naturalmente a necessidade de exercícios adicionais de concertação interinstitucional, os quais podem conduzir a ajustamentos das propostas, nomeadamente nos seguintes casos, (a) mapeamento de equipamentos sociais com a Segurança Social - os valores indicados nos equipamentos sociais resultaram de uma levantamento e triagem preliminar por parte dos municípios, tornando-se fundamental promover uma concertação institucional com a Segurança Social, no sentido de se consensualizar um mapeamento final face aos recursos existentes; (b) Regadios e emparcelamentos - os valores indicados da Rede Territorial dos Regadios decorrem de um primeiro exercício de levantamento e triagem de regadios prioritários por parte dos municípios, o qual está a ser objeto de um processo de concertação adicional com a DR de Agricultura (tendo em consideração as prioridades da estratégia nacional para os regadios 2020, onde o Alto Minho regista 20% do total dos regadios tradicionais prioritários da Região do Norte), no sentido de se consensualizar um "mapeamento" final face aos recursos existentes; (c) Abandono e insucesso escolar, onde, na ausência de esclarecimentos das entidades governamentais sobre se estes financiamentos substituem (ou não) os apoios concedidos pelo Min. Educação (MEC) no que respeita à ação social escolar e às AECs, se apresenta uma estimativa global correspondente ao cenário de substituição do financiamento por parte do MEC (a não ser assim, ou seja, a serem iniciativas adicionais em relação às já apoiadas pelo MEC, o montante de fundo comunitário solicitado circunscrever-se-á, em primeira instância, a 9.680.305 Euros, abrangendo, sobretudo, o apoio ao plano integrado de combate ao abandono e insucesso escolar; (d) Contratos Emprego Inserção, com necessidade de concertação adicional com o IEFP / CCDRN sobre a respetiva integração e dimensionamento no âmbito do PDCT; (e) Empreendedorismo (FEDER), onde será necessário estabilizar com as entidades governamentais os limiares financeiros definidos em termos globais e por empresas, face também aos valores global e médio fixados no PO e posteriormente em sede do Regulamento Específico ISE); (iii.2) Duas situações excepcionais em que se propõe projetos cujo enquadramento poderá implicar, à priori, ajustamentos nos Regulamentos Específicos (por exemplo, Pacto Territorial para a Empregabilidade na PI 9.1 do PO "Norte 2020" e "Bolsa de Voluntariado" no POISE). (iv) Nível de articulação intermunicipal das propostas de projetos: (iv.1), existindo, regra geral, nas propostas diretamente promovidas pelos Municípios um racional de planeamento intermunicipal comum (por exemplo: (a) no E-GOV, os 10 municípios pretendem atingir 100% de um standard mínimo de Serviços Digitais de Cidadania e Empresas online, definido com base no Inquérito à Utilização das TIC (DGEEC); (b) no caso das Escolas, foram consensualizados limiares mínimos e máximos de utilização e de investimento nas propostas de investimento a enquadrar neste exercício, com base nos valores médios propostos pela CCDRN); (iv.2) os projetos de natureza imaterial são geralmente liderados pela própria CIM, em particular, nos casos em que os municípios do Alto Minho concluíram haver vantagens em termos de escala e articulação, não apenas em sede de planeamento, mas também de implementação das respetivas iniciativas; Por fim e considerando a proposta de estrutura, de dimensão financeira e de indicadores do PDCT, sistematizam-se, de seguida, aqueles que poderão vir a ser os seus três principais resultados globais (um por Eixo Prioritário): - Promoção do empreendedorismo de base local e social, contribuindo, através da criação de 851 postos de trabalho, para que o Alto Minho possa convergir para a média regional / nacional, quer do peso relativo do desemprego registado dos mais jovens e mais qualificados. quer da taxa de natalidade das empresas: - Promocão da Sustentabilidade Energética na



Administração Local, contribuindo, por via da implementação das medidas de eficiência energética previstas nos PASE “Covenant of Mayors” dos 10 Municípios, para que o Alto Minho possa garantir uma redução de 30% do consumo de energia primária da administração regional e local (sistemas de iluminação e edifícios públicos); - Qualificação da Rede Territorial de Serviços Coletivos de Educação de Proximidade, no sentido de atingir uma taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário de 86% relativamente ao número de alunos.

### Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a infoinclusão, a cultura em linha e a saúde em linha.	FEDER	EP1 - Promover a Resiliência por Via da Competitividade / Medida I.3 - OE - Redução de Custos de Contexto na Administração Local;	Serviços da Administração Pública apoiados	1,00	3,00	Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos	19,70	45,00	1 972 966,20€
02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a infoinclusão, a cultura em linha e a saúde em linha.	FEDER	EP1 - Promover a Resiliência por Via da Competitividade / Medida I.3 - OE - Redução de Custos de Contexto na Administração Local	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	Câmara Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras	60,00	80,00	0,00€



04.03 - A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação;	FEDER	EP2 - Promover a Resiliência por Via da Sustentabilidade / Medida II.1 - OE - Promoção da Sustentabilidade Energética na Administração Local;	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	34822 08,00	139288 32,00	Consumo de energia primária na administração regional e local	23400 5,00	22856 5,00	7 219 211,71€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	EP2 - Promover a Resiliência por Via da Sustentabilidade / Medida II.3 - OE – Capacitação para a Prevenção dos Riscos;	Equipamentos integrados em sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implantados	4,00	8,00	Entidades envolvidas nos sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implantados	6,00	13,00	882 651,01€
08.03 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;	FSE	EP1 - Promover a Resiliência por Via da Competitividade / Medida I.1 - OE - Promoção do Empreendedorismo de Base Local - Vertente emprego (FSE)	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	541,00	902,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	60,00	70,00	6 766 114,24€



08.08 - A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;	FEDER	EP1 - Promover a Resiliência por Via da Competitividade / Medida I.2 - OE - Promoção do Empreendedorismo de Base Local – Vertente Investimento Empresarial (FEDER);	Empresas que beneficiam de apoio	17,00	83,00	Postos de trabalho criados	23,00	116,00	2 072 845,91€
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	EP3 - Promover a Resiliência por Via da Coesão / Medida III.6 - OE – Promoção da Inserção Profissional, Empregabilidade e Emprego;	Participantes em ações de trabalho socialmente necessário	1603,00	2672,00	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário	37,00	42,00	6 680 724,93€
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	EP3 - Promover a Resiliência por Via da Coesão / Medida III.7 - OE – Mobilização e Capacitação do Voluntariado.	Entidades acreditadas na Bolsa de Voluntariado	108,00	288,00	Entidades que aderem a iniciativas de voluntariado face às acreditadas na bolsa de voluntariado	70,00	90,00	171 513,00€



09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;	FEDER	EP3 - Promover a Resiliência por Via da Coesão / Medida III.3 - OE – Qualificação da Rede Territorial de Serviços Coletivos Sociais de Proximidade;	Equipamentos sociais e de saúde apoiados	2,00	9,00	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	2 262 638,04€
10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;	FSE	EP3 - Promover a Resiliência por Via da Coesão / Medida III.2 - OE – Dinamização do Programa Intermunicipal de Combate ao Abandono e Insucesso Escolar;	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	1,00	1,00	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	3 651 121,36€



10.05 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas;	FEDER	EP3 - Promover a Resiliência por Via da Coesão / Medida III.1 - OE - Qualificação da Rede Territorial de Serviços Coletivos de Educação de Proximidade;	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	748,00	2991,00	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	82,45	83,35	16 150 000,00€
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	EP3 - Promover a Resiliência por Via da Coesão / Medida III.4 - OE – Promoção da Inclusão Social pela Arte & Cultura	Iniciativas apoiadas de promoção da inclusão social por via da cultura	120,00	394,00	Iniciativas concluídas de promoção da inclusão social por via da cultura	70,00	90,00	3 351 544,40€
09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;	FSE	EP3 - Promover a Resiliência por Via da Coesão / Medida III.5 - OE – Promoção do Envelhecimento Ativo;	Projetos apoiados de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	2,00	6,00	Projetos concluídos de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	70,00	90,00	1 019 684,01€



05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	EP2 - Promover a Resiliência por Via da Sustentabilidade / Medida II.3 - OE – Capacitação para a Prevenção dos Riscos;	Sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos/implantados e reestruturados/modernizados	1,00	3,00	Incremento da acessibilidade à informação disponibilizada e partilhada nos Sistemas de informação e de monitorização	5,00	11,00	0,00€
---	----	--	---	------	------	--	------	-------	-------

#### Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Medida	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	
03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	EP2 - Promover a Resiliência por Via da Sustentabilidade - Medida II.5 Promoção da Eficiência dos Regadios Existentes	Regadios tradicionais - Área a beneficiar	745,00	1489,00				3 126 343,00€
03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	EP2 - Promover a Resiliência por Via da Sustentabilidade - Medida II.5 Promoção da Eficiência dos Regadios Existentes	Regadios tradicionais - Despesa pública contratada	18390 25,00	367805 0,00				0,00€



03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	EP2 - Promover a Resiliência por Via da Sustentabilidade / Medida II.6 - Promoção de Ação de Estruturação Fundiária	Estruturação Fundiária - N.º de projetos	1,00	1,00				3 932 100,00€
03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	EP2 - Promover a Resiliência por Via da Sustentabilidade / Medida II.6 - Promoção de Ação de Estruturação Fundiária	Estruturação Fundiária - Despesa Pública Contratada	46260 00,00	462600 0,00				0,00€
09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;	FC	EP2 - Promover a Resiliência por Via da Coesão - Medida III.3 Qualificação da Rede Territorial de Serviços Coletivos Sociais de Proximidade				Acréscimo de utentes nos equipamentos sociais apoiados	1,00	5,00	0,00€



10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;	FSE	EP3 - Promover a Resiliência por Via da Coesão / Medida III.2 - OE – Dinamização do Programa Intermunicipal de Combate ao Abandono e Insucesso Escolar;			Alunos envolvidos nas atividades de combate ao insucesso escolar	3750,00	6300,00	0,00€
---	-----	---	--	--	--	---------	---------	-------

### Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEDER	29 677 661,86€
FC	882 651,01€
FSE	21 640 701,94€
FEADER	7 058 443,00€
<b>Total</b>	<b>59 259 457,81€</b>

### Realização

**Síntese das principais realizações, incluindo mecanismos de recolha de dados para cálculo dos indicadores**



Considerando a associação entre estrutura financeira, os indicadores de realização e projetos assinalados nas Tabelas “Investimentos, Ações e Metas” e “Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)” as principais realizações esperadas da presente proposta de PDCT centrar-se-ão potencialmente nas seguintes vertentes:

A recolha de dados para cálculo dos indicadores de realização e de resultados dos projetos aprovados no PDCT AM 2020 terá em consideração, nomeadamente, os seguintes mecanismos e procedimentos:

- (a) Sistematização de Ficha de Caracterização dos Indicadores de Realização e de Resultado do PDCT em articulação com as Autoridades de Gestão competentes, abrangendo, nomeadamente, os seguintes campos:
  - (i) Designação do Indicador;
  - (ii) Tipo de Indicador (Realização / Resultado);
  - (iii) Contributo do Indicador para o Quadro de Desempenho (Sim / Não);
  - (iv) Enquadramento / Conceito / Meta informação;
  - (v) Procedimentos, Periodicidade e Metodologia de Recolha e de Quantificação (Fase de Candidatura / Fase de Execução / Conclusão);
  - (vi) Articulação com Indicadores SIGON2.
- (b) Em sede de candidaturas - Recolha, análise e validação e inscrição no sistema de informação da proposta de indicadores de realização e de resultado apresentada pelo promotor em sede do Formulário, considerando, nomeadamente, a sua adequação, nomeadamente, em termos da definição / conceito, do processo de cálculo e do valor quantitativo, aos Indicadores de Realização e de Resultados estabelecidos para a Medida do PDCT em apreço (definidos na Ficha de Caracterização dos Indicadores de Realização e de Resultado do PDCT), podendo ser propostos eventuais indicadores de realização / resultados complementares e/ou de acompanhamento físico desde que estejam alinhados com os Objetivos estabelecidos em sede de PDCT para cada Medida;
- (c) Em sede dos Relatórios Intercalares Anuais / Finais dos Projetos aprovados - Análise da adequação quer do processo de cálculo utilizado em cada Indicador (em relação à Metodologia de Quantificação estabelecida na Ficha de Caracterização dos Indicadores de Realização e de Resultado do PDCT), quer de eventuais desvios em termos de valor e /ou de calendarização face ao estimado em sede de candidatura aprovada;
- (d) Em sede do Relatório anual do PDCT do AM 2020 – (i) Cálculo dos Indicadores de Realização e de Resultado agregados por Medida / Eixo do PDCT, tendo por base, nomeadamente, o levantamento: (i.1) de informação validada dos Relatórios Anuais / Finais de Execução dos Projetos aprovados no PDCT e, nos casos aplicáveis, a correspondente agregação; (i.2) de informação oriunda de fontes estatísticas nacionais (por exemplo, INE, DGEEC , etc), associada, nomeadamente, a determinados Indicadores de Resultado.

## Caracterização do Pacto

### Modelo de Governação

**Modelo de gestão e organização que assegurem a prossecução do Pacto com eficácia e eficiência, incluindo descrição da equipa técnica**



A estruturação da proposta do modelo de gestão e organização do PDCT AM 2020 teve em consideração os seguintes pressupostos e órgãos / estruturas:

(i) Órgão de Decisão - Conselho Intermunicipal da CIM Alto Minho, órgão constituído pelos Presidentes dos dez Municípios que reúne no mínimo mensalmente No âmbito do PDCT cumpre a este órgão, nomeadamente, aprovar as orientações e as diretrizes transversais e validar a estratégia do PDCT, dar parecer sobre as propostas de aprovação e pronunciar-se sobre as respectivas propostas de reprogramação e de Relatórios de Execução.

(ii) Órgão de Acompanhamento e Monitorização do PDCT - Conselho Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Minho – Órgão consultivo da CIM Alto Minho, o qual já analisou e emitiu parecer favorável à EIDT AM 2020), integrado quer por serviços públicos desconcentrados, quer pelos principais atores públicos, privados e associativos do Alto Minho. No âmbito do PDCT cumpre a este órgão consultivo pronunciar-se, nomeadamente, sobre: (i) a proposta de PDCT AM 2020 e suas eventuais reprogramações;

(ii) os Relatórios Anuais de Execução do PDCT; (iii) os demais temas associados à boa execução do PDCT que o Conselho Intermunicipal da CIM Alto Minho entenda propor;

(iii) Supervisão geral da implementação das iniciativas do PDCT - Secretário Executivo Intermunicipal da CIM Alto Minho: (i) garantindo a respetiva articulação e coerência com demais intervenções da entidade; (ii) assumindo a interlocução com o Conselho Intermunicipal e a articulação entre as equipas da CIM Alto Minho; (iii) e promovendo as sinergias necessárias ao bom desempenho do PDCT;

(iv) Estrutura de Gestão do PDCT ± A evolução da dimensão e características da Estrutura de gestão do PDCT AM 2020 terá em consideração, não apenas o montante final a contratualizar, mas, também, o significativo acréscimo de exigência e complexidade na gestão dos PDCT, decorrente, nomeadamente: (i) Previsível aumento exponencial do número de beneficiários, nomeadamente, no que respeita às empresas e particulares nas vertentes do empreendedorismo; (ii) Acréscimo de complexidade relacionado com nova abordagem multifundos (Fundo de Coesão, FEDER, FSE e FEADER) e multiprogramas (PO Norte, PO SEUR, POISE, PDR 2020) dos PDCT, envolvendo um conjunto extremamente amplo e diversificado de enquadramentos legais, de procedimentos próprios e de processos de concertação inter-institucional; (iii) Ênfase acrescida do 'Portugal 2020' nos processos de avaliação dos Resultados, requerendo a estruturação específica desta área de trabalho associada à monitorização transversal do PDCT.

O modelo de governação do Pacto deverá contemplar a existência de uma estrutura de apoio técnico responsável pela realização das tarefas de gestão que vierem a ser contratualizadas. A responsabilidade última pela coordenação dessa estrutura deverá ser assumida por um dos membros do secretariado executivo intermunicipal, devendo ser identificável para efeitos de construção do sistema de gestão e controlo ou processo de designação, constituindo o responsável pelo órgão executivo.

Deste modo, a estrutura de Gestão do PDCT, integrada por recursos humanos qualificados nos domínios técnicos de referência e com ampla experiência adquirida na aplicação das regras e da legislação comunitária, está organizada numa tarefa de coordenação e em quatro áreas funcionais (cuja especificação de conteúdos é detalhada no ponto 5.2), visando o respeito pelo princípio da segregação das funções, com uma clara separação entre as seguintes funções previstas para cada área funcional.

A estrutura de gestão do PDCT poderá contar também com Assessorias especializadas/Peritos, cuja função será o apoio técnico à estruturação de propostas e/ou de pareceres em domínios em que não existam, em vocação específica e/ou em número suficiente, recursos técnicos da estrutura da CIM Alto Minho necessários para o desenvolvimento de tarefas definidas.

No entanto, o grau de adequação do modelo de governação e da equipa técnica será definido à luz do que vier a ser contratualizado (competências, dotações, tipologias de operações e metas dos indicadores) e das regras que vierem a ser definidas pelos sistemas de gestão e controlo da AG. Considerando a experiência do modelo de contratualização adotado no QREN e a atualização desse mesmo modelo no contexto da Lei 75/2013, poderá o mesmo servir como um exemplo de estrutura.

## Mecanismos de acompanhamento e avaliação

Em termos transversais, são as seguintes as principais tarefas a desenvolver no âmbito do acompanhamento e avaliação do PDCT AM 2020 (em termos a acordar com as Autoridades de gestão dos POs financiadores):

- a) Dinamização, concertação inter-institucional e monitorização estratégica do PDCT AM 2020, abrangendo, nomeadamente, as atividades transversais descritas na alínea (e) abaixo;
- b) Enquadramento e avaliação de candidaturas ao PDCT, abrangendo, nomeadamente: (i) Análise da admissibilidade das candidaturas ao PDCT, bem como da elegibilidade / razoabilidade das despesas; (ii) Avaliação do mérito absoluto e relativo das candidaturas apresentadas, bem como da sua pertinência para a



*[Handwritten signatures]*

concretização do PDCT; (iii) Análise de propostas de reprogramações de projetos; c) Apoio, Dinamização e Acompanhamento Físico, Processual, Jurídico e Financeiro ao PDCT, envolvendo, nomeadamente: (i) o acompanhamento processual, jurídico e físico-financeiro das operações aprovadas no âmbito do PDCT; (ii) apoio de helpdesk aos promotores de operações cofinanciadas pelo PDCT; (iii) acompanhamento das auditorias realizadas às candidaturas do PDCT e respetivos follow up; (iv) Apoio à dinamização, atualização, manutenção e o bom funcionamento de sistemas de informação necessários á gestão e monitorização do PDCT.

Neste contexto, apresentam-se, de forma mais específica, as principais tarefas a desenvolver por cada uma das áreas de coordenação / funcionais enunciadas no ponto 5.2:

- (a) Gestor do PDCT: (i) Desenvolver as ações de coordenação técnica, administrativa e financeira do PDCT necessárias para assegurar o seu desenvolvimento e execução; (ii) Acompanhamento dos processos de pré-candidatura e apoio aos promotores, em conjunto com a AAF, com a APD e com a ACA; (iii) Estabelecer os regulamentos internos de funcionamento da estrutura inerentes ao seu bom funcionamento; (iv) Assegurar que sejam implementadas as normas e procedimentos que vêm a ser propostos pelas Entidades Gestoras; (v) Assegurar os procedimentos de avaliação das candidaturas apresentadas e emissão de parecer técnico e final; (vi) Elaboração dos relatórios de execução, nos termos e moldes que venham a ser definidos pelas entidades gestoras ou pelo Secretariado Executivo Intermunicipal; (vii) Preparação e tramitação de toda a documentação necessária à tomada de decisão por parte do Secretariado Executivo Intermunicipal e/ou Conselho Intermunicipal;
- (b) Área Administrativa e Financeira (i) Gestão Financeira do Programa - Acompanhamento dos processos de pré-candidatura e apoio aos promotores, em conjunto com o Gestor, com a APD e com a ACA; (ii) Avaliação das candidaturas apresentadas, em conformidade com as especificações da regulamentação, legislação e Aviso de Abertura de Concurso, e emissão de parecer técnico; (iii) Análise dos pedidos de pagamento em conformidade com a informação recebida da Área de Análise e Controlo Administrativo e Financeiro; (iv) Elaboração dos relatórios de execução anual, na componente de execução financeira; (v) No âmbito da Análise e Controlo Administrativo e Financeiro destaca-se a: (v.1) Análise da elegibilidade contabilística, temporal, material, processual e estrita das despesas apresentadas; (v.2) Realização das visitas de verificação e elaboração dos relatórios respetivos; (v.3) Verificação da execução financeira; (v.4) Utilização do Sistema de Informação;
- (c) Área de Planeamento e Desenvolvimento: Área responsável pelo acompanhamento global da execução física das operações desde a apoio e informação aos promotores, análise da valia técnica e acompanhamento físico, nomeadamente no que se refere: (i) Acompanhamento dos processos de pré-candidatura e apoio aos promotores, em conjunto com o Coordenador e com a AAF; (ii) Avaliação das candidaturas apresentadas, em conformidade com as especificações da regulamentação, legislação e Aviso de Abertura de Concurso, e emissão de respetivo parecer técnico; (iii) Organização do dossier de projeto; (iv) Realização das visitas de verificação física, intermédias e final; (v) Análise dos relatórios de execução dos promotores de projetos e emissão de parecer técnico; (vi) Elaboração dos relatórios de execução que venham a ser solicitados pelo Gestor do PDCT; (vii) Utilização do Sistema de Informação;
- (d) Área de Comunicação e Animação: (i) Implementação de ações de comunicação e divulgação do programa; (ii) Acompanhamento dos projetos em desenvolvimento, na vertente de verificação do cumprimento das normas de publicidade a que os promotores estão obrigados; (iii) Área de Atendimento, apoio helpdesk - Considerando que os "PDCT preveem ações com destinatários, que vão para além dos institucionais, Municípios, Administração Central, entre outros, abrangendo, nomeadamente, particulares e empresas e microempresas, impõe-se a criação de um Front Office, para apoio de helpdesk aos potenciais promotores e/ou promotores de operações cofinanciados.
- (e) Área da Dinamização e Monitorização Estratégica: abrangendo, nomeadamente: (i) a apresentação de propostas de estruturação / reprogramação do PDCT AM 2020; (ii) a dinamização do modelo de governação, enquanto espaço de concertação, acompanhamento e monitorização estratégica do PDCT AM 2020 (nomeadamente, no âmbito do CEDI – AM); (iii) a estruturação e/ou a preparação de contributos para os Avisos no âmbito do PDCT; (iv) a monitorização estratégica do PDCT, nomeadamente, no que respeita a metas de realização e de resultados do PDCT, bem como à evolução da execução física e financeira, atentos os compromissos assumidos em termos de investimentos, indicadores e calendarização; (v) a preparação de contributos relativos à documentos de enquadramento estratégico, legal ou operacional dos POs financiadores; (vi) a preparação dos Relatórios Anuais e Final de execução do PDCT AM 2020 (vii) a produção e dinamização de iniciativas de informação, comunicação e capacitação orientadas para os atores regionais, fundamentais para melhorar o enquadramento estratégico para a tomada de decisão sobre o PDCT AM 2020, bem como sobre as dinâmicas territoriais do Alto Minho; (viii) recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução para a elaboração dos indicadores de



acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional.

Por fim, as Assessorias especializadas/Peritos serão envolvidas, nomeadamente: (i) no apoio jurídico; (ii) no acompanhamento do sistema de monitorização; (iii) na avaliação do grau de realização dos objetivos, metas e indicadores de realização e de resultados; (iv) da elaboração de propostas de constituição de grupos de trabalho de âmbito multisectorial abrangendo, nomeadamente, os representantes de instituições públicas e privadas diretamente interessadas nos temas prioritários; (v) na emissão de parecer técnico externo sempre que necessário na instrução apreciação das candidaturas (atendendo inclusive à multiplicidade de temáticas previstas nos PDCT).

#### **Envolvimento e responsabilidades dos parceiros**



Além das formas de mobilização da participação ativa dos atores territoriais descritas no ponto 3.2, o envolvimento dos parceiros essenciais à adequada dinamização e seguimento do PDCT será assegurado, nomeadamente, nas seguintes vertentes:

- (a) Instâncias nacionais relevantes para a gestão do “Portugal 2020”, salientando-se, neste âmbito, o potencial envolvimento de parceiros nacionais decorrentes da participação da CIM Alto Minho nos seguintes órgãos consultivos: (i) Conselho de Concertação Territorial; (ii) Secção das Entidades Intermunicipais da ANMP;
- (b) Instâncias regionais relevantes para a gestão do “Portugal 2020”, destacando-se, nomeadamente, o potencial envolvimento de parceiros regionais decorrentes da participação da CIM Alto Minho nos seguintes órgãos consultivos regionais: (i) Conselho Regional do Norte da CCDRN; (ii) Conselho de Concertação Intersetorial da CCDRN; (iii) Comissão de Acompanhamento do Programa Regional “Norte 2020”;
- (c) Concertação inter-institucional específica em medidas apoiadas pelo PDCT. Envolvimento dos parceiros nacionais e regionais no processo de estruturação da procura e/ou de seleção de propostas das diversas medidas do PDCT, a qual se materializará, nomeadamente, na participação de entidades como a CCDRN, a DGEST Norte, ou os Serviços da Segurança Social, ou da Direção Regional de Agricultura, quer nos processos de mapeamentos (ou equiparáveis, no caso dos regadios) das redes de serviços coletivos territoriais de proximidade previstas nos PDCT (em particular, escolas, equipamentos sociais e regadios), quer na estruturação e definição dos Avisos de abertura de concursos (abrangendo as diversas autoridades de gestão financiadoras), quer, ainda, em determinados casos (por exemplo, nas situações em que a CIM é entidade promotora), no próprio processo de análise das candidaturas;
- (d) Participação dos Atores Territoriais no Modelo de Governação da Estratégia e Plano de Ação “AM 2020”. Como é descrito em maior pormenor no ponto 4. Modelo de Governação, da EIDT, o CEDI-AM (órgão consultivo da CIM e da EIDT AM 2020 que integra diversas instituições relevantes para a adequada implementação do PDCT AM 2020, como por exemplo, o IEFP Norte, a DGEST – Norte, o Centro Distrital de Segurança Social de Viana do Castelo, a Direção Regional de Agricultura do Norte, a Direção Geral de Energia e Geologia, a Autoridade Nacional de Proteção Civil, a Agência para a Modernização Administrativa, a ANESPO – Associação Nacional de Escolas Profissionais, a Direção Regional de Cultura do Norte, a Guarda Nacional Republicana de Viana do Castelo, a União das Misericórdias Portuguesas, ou a Unidade Local de Saúde do Alto Minho), constituirá “um espaço privilegiado para assegurar o acompanhamento e articulação da estratégia de desenvolvimento AM 2020”, com particular expressão, nomeadamente, para este efeito: (i) na montagem de propostas a considerar em sede de implementação do PDCT; (ii) na análise de propostas de (re)programação, no seguimento e na monitorização do PDCT; (iii) na articulação estratégica das diferentes Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial, nos termos estabelecidos em sede de Acordo de Parceria;
- e) Envolvimento dos Parceiros no desenvolvimento de Programas de Ação ou de Projetos próprios no PDCT AM 2020, envolvendo diretamente enquanto entidades beneficiárias (sejam chefes de fila, sejam parceiros), quer a própria CIM (neste caso, como é evidente, com a natural salvaguarda da segregação de funções) e os Municípios do Alto Minho, quer entidades públicas como o IEFP ou a ULSAM, quer ainda de entidades do terceiro setor / economia social e dos agentes culturais (por exemplo, Teatros, Escolas de Música, IPSS, etc);
- f) Envolvimento dos parceiros através de “mecanismos de intelligence que, de forma sistemática, monitorize as iniciativas e projetos desenvolvidos bem como os resultados alcançados face às metas estabelecidas, contribuindo, desta forma, para assegurar um seguimento mais eficaz e para permitir aos responsáveis tomar decisões no sentido de corrigir eventuais desvios. A recolha periódica de informação e a respetiva análise será essencial para que todos os parceiros envolvidos conheçam a forma como os objetivos definidos no âmbito da estratégia estão a ser alcançados e se as metas serão atingidas, assim como para contribuírem com informação regular para melhorar o planeamento de futuras intervenções”. Para este efeito, a CIM Alto Minho dispõe já ou tem em fase de ultimação os instrumentos de monitorização “Alto Minho: Tendências Trimestrais” e “Alto Minho: Tendências Anuais” (nos termos apresentados na EIDT AM 2020), abrangendo quer as principais dimensões associadas às dinâmicas territoriais, quer o seguimento da aplicação no Alto Minho dos diversos instrumentos de financiamento dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) 2014-2020.

## Classificação dos Investimentos

### Quadro de Investimentos



P.I.	Designação do Investimento	NIF Promotor	Promotor Nome	Valor Invest. Total	Ano Início	Concelho	% Imp.
02.03	E-Gov Alto Minho - Arcos de Valdevez	505211696	MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ	214 483,52€	2015	Arcos de Valdevez	100,00
04.03	Promoção da Sustentabilidade Energética - Arcos de Valdevez Intervenções em infraestruturas públicas da administração local: Paços do Concelho	505211696	MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ	123 257,11€	2015	Arcos de Valdevez	100,00
09.07	Rede Social dos Arcos de Valdevez: Equipamentos Sociais Prioritários (definidos nos termos dos referenciais estratégicos quer da Rede Social do município, quer da Plataforma Supraconcelhia do Alto Minho)	505211696	MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ	319 754,51€	2015	Arcos de Valdevez	100,00
10.05	Escola Básica e Secundária de Arcos de Valdevez	505211696	MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ	3 232 875,00€	2015	Arcos de Valdevez	100,00
10.05	Escola Básica de Távora	505211696	MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ	54 787,84€	2015	Arcos de Valdevez	100,00
02.03	E-Gov Alto Minho 2020-Caminha	500843139	MUNICÍPIO DE CAMINHA	129 586,75€	2016	Caminha	100,00
04.03	Promoção da Sustentabilidade Energética - Caminha. Intervenções em infraestruturas públicas da administração local: Ludoteca	500843139	MUNICÍPIO DE CAMINHA	66 415,00€	2017	Caminha	100,00
09.07	Rede Social de Caminha: Equipamentos Sociais Prioritários (definidos nos termos dos referenciais estratégicos quer da Rede Social do município, quer da Plataforma Supraconcelhia do Alto Minho)	500843139	MUNICÍPIO DE CAMINHA	193 189,43€	2016	Caminha	100,00
10.05	Escola Básica e Secundária Sidónio Pais	500843139	MUNICÍPIO DE CAMINHA	2 917 080,00€	2015	Caminha	100,00
02.03	E-Gov Alto Minho 2020-Melgaço	505592940	MUNICÍPIO DE MELGAÇO	115 907,89€	2015	Melgaço	100,00
04.03	Promoção da Sustentabilidade Energética - Melgaço. Intervenções em infraestruturas públicas da administração local: Paços do Concelho	505592940	MUNICÍPIO DE MELGAÇO	493 293,92€	2016	Melgaço	100,00
09.07	Rede Social de Melgaço: Equipamentos Sociais Prioritários (definidos nos termos dos referenciais estratégicos quer da Rede Social do município, quer da Plataforma Supraconcelhia do Alto Minho)	505592940	MUNICÍPIO DE MELGAÇO	172 796,82€	2016	Melgaço	100,00



10.05	Escola Básica e Secundária de Melgaço	505592940	MUNICÍPIO DE MELGAÇO	1 110 000,00€	2015	Melgaço	100,00
02.03	E-Gov Alto Minho 2020-Monção	501937471	MUNICIPIO DE MONÇÃO	161 994,39€	2015	Monção	100,00
03.M0 4	Projeto de Ordenamento Fundiário de Moreira/Barroças e Taias - Monção (Estruturação de caminho agrícolas, regadio, estruturação de parcelas agrícolas, movimentação de terras e outros melhoramentos fundiários; projeto de execução)	501937471	MUNICIPIO DE MONÇÃO	4 626 000,00€	2015	Monção	100,00
04.03	Promoção da Sustentabilidade Energética - Monção (intervenções em infraestruturas públicas da administração local: Biblioteca Municipal.	501937471	MUNICIPIO DE MONÇÃO	108 393,33€	2016	Monção	100,00
09.07	Rede Social de Monção: Equipamentos Sociais Prioritários (definidos nos termos dos referenciais estratégicos quer da Rede Social do município, quer da Plataforma Supraconcelhia do Alto Minho)	501937471	MUNICIPIO DE MONÇÃO	241 503,11€	2016	Monção	100,00
10.05	Escola Básica de Vale do Mouro	501937471	MUNICIPIO DE MONÇÃO	64 962,73€	2015	Monção	100,00
10.05	Escola Secundária de Monção	501937471	MUNICIPIO DE MONÇÃO	68 093,46€	2015	Monção	100,00
02.03	E-Gov Alto Minho 2020-Paredes de Coura	506632938	MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA	118 158,58€	2016	Paredes de Coura	100,00
04.03	Promoção da Sustentabilidade Energética - Paredes de Coura (intervenções em infraestruturas públicas da administração local: Paços do Concelho	506632938	MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA	68 840,00€	2016	Paredes de Coura	100,00
09.07	Rede Social de Paredes de Coura: Equipamentos Sociais Prioritários (definidos nos termos dos referenciais estratégicos quer da Rede Social do município, quer da Plataforma Supraconcelhia do Alto Minho)	506632938	MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA	176 152,18€	2016	Paredes de Coura	100,00
10.05	Escola Básica e Secundária de Paredes de Coura	506632938	MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA	2 081 250,00€	2015	Paredes de Coura	100,00
02.03	E-Gov Alto Minho 2020- Ponte da Barca	505676770	MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA	116 032,79€	2016	Ponte da Barca	100,00
04.03	Promoção da Sustentabilidade Energética - Ponte da Barca (intervenções em infraestruturas públicas da administração local: Piscinas Municipais;	505676770	MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA	293 653,80€	2016	Ponte da Barca	100,00



10.05	Escola Básica e Secundária de Ponte da Barca – Polo I e II	505676770	MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA	1 647 425,00€	2015	Ponte da Barca	100,00
02.03	E-Gov Alto Minho 2020- Ponte de Lima	506811913	MUNICÍPIO DE PONTE DE LIMA	288 199,72€	2014	Ponte de Lima	100,00
04.03	Promoção da Sustentabilidade Energética - Ponte de Lima (intervenções em infraestruturas públicas da administração local: Paços do Concelho)	506811913	MUNICÍPIO DE PONTE DE LIMA	175 237,22€	2017	Ponte de Lima	100,00
09.07	Rede Social Ponte de Lima: Equipamentos Sociais Prioritários (definidos nos termos dos referenciais estratégicos quer da Rede Social do município, quer da Plataforma Supraconcelhia do Alto Minho)	506811913	MUNICÍPIO DE PONTE DE LIMA	429 651,47€	2015	Ponte de Lima	100,00
10.05	Escola Básica da Correlhã	506811913	MUNICÍPIO DE PONTE DE LIMA	198 894,43€	2015	Ponte de Lima	100,00
10.05	Escola Básica de Freixo	506811913	MUNICÍPIO DE PONTE DE LIMA	178 058,80€	2015	Ponte de Lima	100,00
10.05	Escola Básica António Feijó	506811913	MUNICÍPIO DE PONTE DE LIMA	400 246,58€	2015	Ponte de Lima	100,00
10.05	Escola Básica de Arcozelo	506811913	MUNICÍPIO DE PONTE DE LIMA	107 375,85€	2015	Ponte de Lima	100,00
02.03	E-Gov Alto Minho 2020- Valença	506728897	MUNICÍPIO DE VALENÇA	116 497,11€	2015	Valença	100,00
04.03	Promoção da Sustentabilidade Energética - Valença (intervenções em infraestruturas públicas da administração local: Paços do Concelho)	506728897	MUNICÍPIO DE VALENÇA	22 453,19€	2016	Valença	100,00
09.07	Rede Social Valença: Equipamentos Sociais Prioritários (definidos nos termos dos referenciais estratégicos quer da Rede Social do município, quer da Plataforma Supraconcelhia do Alto Minho)	506728897	MUNICÍPIO DE VALENÇA	173 675,24€	2016	Valença	100,00
10.05	Escola Básica e Secundária de Valença	506728897	MUNICÍPIO DE VALENÇA	2 035 000,00€	2015	Valença	100,00
02.03	E-Gov Alto Minho 2020- Viana do Castelo	506037258	MUNICÍPIO DE VIANA DO CASTELO	413 337,89€	2016	Viana do Castelo	100,00
04.03	Promoção da Sustentabilidade Energética - Viana do Castelo (intervenções em infraestruturas públicas da administração local: Sistemas de iluminação pública	506037258	MUNICÍPIO DE VIANA DO CASTELO	1 763 708,83€	2015	Viana do Castelo	100,00



09.07	Rede Social Viana do Castelo: Equipamentos Sociais Prioritários (definidos nos termos dos referenciais estratégicos quer da Rede Social do município, quer da Plataforma Supraconcelhia do Alto Minho)	506037258	MUNICÍPIO DE VIANA DO CASTELO	616 208,91€	2016	Viana do Castelo	100,00
10.05	Escola Básica de Carmo	506037258	MUNICÍPIO DE VIANA DO CASTELO	909 090,00€	2015	Viana do Castelo	100,00
10.05	Escola Básica e Secundária de Barroselas	506037258	MUNICÍPIO DE VIANA DO CASTELO	740 000,00€	2015	Viana do Castelo	100,00
10.05	Escola Básica Frei Bartolomeu dos Mártires	506037258	MUNICÍPIO DE VIANA DO CASTELO	3 146 850,00€	2015	Viana do Castelo	100,00
02.03	E-Gov Alto Minho 2020- Vila Nova de Cerveira	506896625	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA	111 357,07€	2016	Vila Nova de Cerveira	100,00
04.03	Promoção da Sustentabilidade Energética - Vila Nova de Cerveira (intervenções em infraestruturas públicas da administração local: Paços do Concelho	506896625	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA	112 044,46€	2016	Vila Nova de Cerveira	100,00
09.07	Rede Social Vila Nova de Cerveira: Equipamentos Sociais Prioritários (definidos nos termos dos referenciais estratégicos quer da Rede Social do município, quer da Plataforma Supraconcelhia do Alto Minho)	506896625	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA	166 012,41€	2016	Vila Nova de Cerveira	100,00
10.05	Escola Básica e Secundária de Vila Nova de Cerveira	506896625	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA	108 010,32€	2015	Vila Nova de Cerveira	100,00
02.03	E-Gov Alto Minho 2020- CIM Alto Minho	508754496	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO MINHO	535 581,00€	2015	Viana do Castelo	100,00
05.02	PROTEC GEORISK 2020 - Protecção Civil e Gestão de Riscos no Alto Minho (i)Prevenção e Gestão de Riscos de Incêndios Florestais, de Cheias e Inundações, e de acidentes graves e catástrofes; (ii) Capacitação dos agentes de Proteção Civil)	508754496	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO MINHO	1 038 412,95€	2015	Viana do Castelo	100,00
08.03	Apoio ao empreendedorismo no Alto Minho: componente da CIM do Alto Minho	508754496	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO MINHO	7 363 124,32€	2015	Viana do Castelo	100,00



08.03	Apoio ao empreendedorismo no Alto Minho: componente do IEFP	501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	199 003,36€	2015	Viana do Castelo	100,00
08.08	Apoio ao empreendedorismo no Alto Minho: componente do IEFP	501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	60 966,06€	2015	Viana do Castelo	100,00
09.01	Contratos de Emprego Inserção - Alto Minho	501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	7 859 676,39€	2015	Viana do Castelo	100,00
09.01	Per Artem Alto Minho - Promoção da Inclusão pela Arte & Cultura no Alto Minho	508754496	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO MINHO	2 770 668,00€	2015	Viana do Castelo	100,00
09.01	ATIVAsenior	503138410	TEATRO DO NOROESTE - CENTRO DRAMÁTICO DE VIANA, CRL	397 782,00€	2015	Viana do Castelo	100,00
09.01	MUTANTES	506290840	COMÉDIAS DO MINHO - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DE ACTIVIDADES CULTURAIS NO VALE DO MINHO	450 820,00€	2015	Viana do Castelo	100,00
09.01	Intergerações – Música & Inclusão no Alto Minho	500793263	ACADEMIA DE MÚSICA DE VIANA DO CASTELO - CONSERVATÓRIO REGIONAL DO ALTO MINHO	323 723,00€	2015	Viana do Castelo	100,00
09.01	Alto Minho Skill & Will - Bolsa Especializada de Voluntariado	508754496	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO MINHO	201 780,00€	2015	Viana do Castelo	100,00
09.04	Seniores Plus Ultra – Promoção do Envelhecimento Ativo no Alto Minho	508754496	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO MINHO	764 828,25€	2015	Viana do Castelo	100,00
09.04	Idade Madura Mente Segura	508786193	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO ALTO MINHO, E.P.E.	434 800,00€	2015	Viana do Castelo	100,00
10.01	Plano Integrado de combate ao insucesso escolar no Alto Minho - componente CIM do Alto Minho	508754496	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO MINHO	4 295 436,89€	2015	Viana do Castelo	100,00



04.03	Promoção da Sustentabilidade Energética - Arcos de Valdevez Intervenções em infraestruturas públicas da administração local: Casa das Artes	505211696	MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ	210 184,00€	2016	Arcos de Valdevez	100,00
04.03	Promoção da Sustentabilidade Energética - Arcos de Valdevez Intervenções em infraestruturas públicas da administração local: Sistemas de iluminação pública	505211696	MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ	686 773,11€	2016	Arcos de Valdevez	100,00
04.03	Promoção da Sustentabilidade Energética - Melgaço. Intervenções em infraestruturas públicas da administração local: sistemas de iluminação pública	505592940	MUNICÍPIO DE MELGAÇO	58 034,57€	2016	Melgaço	100,00
04.03	Promoção da Sustentabilidade Energética - Ponte da Barca Intervenções em infraestruturas públicas da administração local: Sistemas de iluminação decorativa e pública	505676770	MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA	258 268,83€	2016	Ponte da Barca	100,00
09.07	Rede Social de Ponte da Barca: Equipamentos Sociais Prioritários (definidos nos termos dos referenciais estratégicos quer da Rede Social do município, quer da Plataforma Supraconcelhia do Alto Minho)	505676770	MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA	172 983,03€	2016	Ponte da Barca	100,00
04.03	Promoção da Sustentabilidade Energética - Ponte de Lima (intervenções em infraestruturas públicas da administração local: Biblioteca municipal)	506811913	MUNICÍPIO DE PONTE DE LIMA	76 148,80€	2017	Ponte de Lima	100,00
04.03	Promoção da Sustentabilidade Energética - Ponte de Lima (intervenções em infraestruturas públicas da administração local: Jardim de infância de Ponte de Lima)	506811913	MUNICÍPIO DE PONTE DE LIMA	371 715,72€	2017	Ponte de Lima	100,00
04.03	Promoção da Sustentabilidade Energética - Ponte de Lima (intervenções em infraestruturas públicas da administração local: sistemas de iluminação decorativa e pública)	506811913	MUNICÍPIO DE PONTE DE LIMA	747 751,61€	2017	Ponte de Lima	100,00
04.03	Promoção da Sustentabilidade Energética - Valença (intervenções em infraestruturas públicas da administração local: Biblioteca Municipal)	506728897	MUNICÍPIO DE VALENÇA	27 031,13€	2016	Valença	100,00



04.03	Promoção da Sustentabilidade Energética - Valença (intervenções em infraestruturas públicas da administração local: Museu.)	506728897	MUNICÍPIO DE VALENÇA	21 188,75€	2016	Valença	100,00
04.03	Promoção da Sustentabilidade Energética - Valença (intervenções em infraestruturas públicas da administração local: Piscina Municipal)	506728897	MUNICÍPIO DE VALENÇA	53 216,10€	2016	Valença	100,00
04.03	Promoção da Sustentabilidade Energética - Valença (intervenções em infraestruturas públicas da administração local: Serviços Técnicos)	506728897	MUNICÍPIO DE VALENÇA	26 702,72€	2016	Valença	100,00
04.03	Promoção da Sustentabilidade Energética - Valença (intervenções em infraestruturas públicas da administração local: Sistemas de iluminação decorativa e pública)	506728897	MUNICÍPIO DE VALENÇA	403 539,31€	2016	Valença	100,00
08.03	Apoio ao empreendedorismo no Alto Minho: componente da CASES	509266614	COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDA DE LIMITADA	199 003,36€	2015	Viana do Castelo	100,00
08.03	Apoio ao empreendedorismo no Alto Minho: componente do IPDJ	510089224	INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE, I.P.	199 003,36€	2015	Viana do Castelo	100,00
08.08	Apoio ao empreendedorismo no Alto Minho	508754496	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO MINHO	2 177 676,19€	2015	Viana do Castelo	100,00
08.08	Apoio ao empreendedorismo no Alto Minho: componente da CASES	509266614	COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDA DE LIMITADA	100 000,00€	2015	Viana do Castelo	100,00
08.08	Apoio ao empreendedorismo no Alto Minho: componente do IPDJ	510089224	INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE, I.P.	100 000,00€	2015	Viana do Castelo	100,00



04.03	"Promoção da Sustentabilidade Energética - Caminha Intervenções em infraestruturas públicas da administração local: Edifício Técnico-administrativo Gulbenkian"	500843139	MUNICÍPIO DE CAMINHA	142 869,62€	2016	Caminha	100,00
04.03	"Promoção da Sustentabilidade Energética - Caminha Intervenções em infraestruturas públicas da administração local: Sistemas de iluminação decorativa e pública"	500843139	MUNICÍPIO DE CAMINHA	407 108,88€	2016	Caminha	100,00
04.03	"Promoção da Sustentabilidade Energética - Monção Intervenções em infraestruturas públicas da administração local: Paços do Concelho"	501937471	MUNICIPIO DE MONÇÃO	251 688,33€	2016	Monção	100,00
04.03	"Promoção da Sustentabilidade Energética - Monção Intervenções em infraestruturas públicas da administração local: Matadouro Municipal"	501937471	MUNICIPIO DE MONÇÃO	199 352,39€	2016	Monção	100,00
04.03	Promoção da Sustentabilidade Energética - Monção. Intervenções em infraestruturas públicas da administração local: Sistemas de iluminação pública.	501937471	MUNICIPIO DE MONÇÃO	211 109,89€	2016	Monção	100,00
04.03	Promoção da Sustentabilidade Energética - Viana do Castelo. Intervenções em infraestruturas públicas da administração local: Interface de Transportes	506037258	MUNICÍPIO DE VIANA DO CASTELO	202 377,86€	2016	Viana do Castelo	100,00
04.03	Promoção da Sustentabilidade Energética - Vila Nova de Cerveira. Intervenções em infraestruturas públicas da administração local: Aquamuseu	506896625	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA	68 238,90€	2016	Vila Nova de Cerveira	100,00
04.03	Promoção da Sustentabilidade Energética - Vila Nova de Cerveira. Intervenções em infraestruturas públicas da administração local: Biblioteca Municipal	506896625	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA	71 597,32€	2016	Vila Nova de Cerveira	100,00
04.03	Promoção da Sustentabilidade Energética - Vila Nova de Cerveira. Intervenções em infraestruturas públicas da administração local: Sistemas de iluminação decorativa e pública	506896625	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA	277 801,37€	2016	Vila Nova de Cerveira	100,00



04.03	Promoção da Sustentabilidade Energética - Paredes de Coura. Intervenções em infraestruturas públicas da administração local: Piscina Municipal	506632938	MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA	281 500,00€	2016	Paredes de Coura	100,00
04.03	Promoção da Sustentabilidade Energética - Paredes de Coura. Intervenções em infraestruturas públicas da administração local: CEIA	506632938	MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA	52 587,00€	2016	Paredes de Coura	100,00
04.03	Promoção da Sustentabilidade Energética - Paredes de Coura. Intervenções em infraestruturas públicas da administração local: Sistemas de iluminação pública	506632938	MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA	159 107,16€	2016	Paredes de Coura	100,00
03.M0 4	Reabilitação do Regadio de Álvora e Portela	507143868	Junta de Agricultores Álvora e Portela (Portela)	215 000,00€	2015	Arcos de Valdevez	100,00
03.M0 4	Reabilitação do Regadio de Oliveira	507016181	Junta de Agricultores do regadio de Oliveira (Oliveira)	125 000,00€	2015	Arcos de Valdevez	100,00
03.M0 4	Reabilitação do Regadio de Alsa Perna	508185637	Junta de Agricultores do Regadio de Alsa Perna (Rio de Moinhos)	197 500,00€	2015	Arcos de Valdevez	100,00
03.M0 4	Reabilitação da levada da Videira	507809254	Junta de Agricultores da Levada da Videira (Jolda Madalena)	150 000,00€	2015	Arcos de Valdevez	100,00
03.M0 4	Reabilitação do Regadio da Fonte do Rei	508593689	Junta de Agricultores do regadio da Fonte do Rei (Padreiro Salvador)	147 500,00€	2015	Arcos de Valdevez	100,00
03.M0 4	Regadio da Ponte Vespeira	510834337	Junta de Agricultores do regadio da Ponte Vespeira (Álvora/Loureda)	110 000,00€	2015	Arcos de Valdevez	100,00
03.M0 4	Reabilitação do Regadio das Presas do Rio, Leidão e Puxacos	900916052	Junta de Agricultores das Presas do Rio, Leidão e Puxacos	25 000,00€	2015	Caminha	100,00
03.M0 4	Reabilitação do Regadio das Águas do Monte	900934883	Junta de Agricultores das Águas do Monte	20 000,00€	2015	Caminha	100,00
03.M0 4	Reabilitação do Regadio de Real	900513462	Junta de Agricultores de Real	52 500,00€	2015	Caminha	100,00
03.M0 4	Reabilitação do Regadio de Fial	901366838	Junta de Agricultores de Fial	52 500,00€	2015	Caminha	100,00



03.M04	Reabilitação da Levada de Alvaredo	901848824	Junta de Agricultores da Levada de Alvaredo	143 500,00€	2015 Melgaço	100,00
03.M04	Reabilitação do Regadio de Eiró	510841031	Junta de Agricultores do Regadio de Eiró (Vila e Roussas)	35 000,00€	2015 Melgaço	100,00
03.M04	Reabilitação do Regadio da Leira Longa, Caçada de Baixo, Moinhos, Costinhas e Sandivas	901668869	Junta de agricultores do Reg. Trad. de Leira Longa, Caçada de Baixo, Moinhos, Costinhas e Sandivas	150 000,00€	2015 Monção	100,00
03.M04	Reabilitação do Regadio do Rego de Padreiro	507741668	Junta de agricultores de Padreiro (Riba de Mouro)	150 000,00€	2015 Monção	100,00
03.M04	Reabilitação do Regadio de Candedo, Cornedo e Cabreiro	900977388	Junta de agricultores de Candedo, Cornedo e Cabreiro	150 000,00€	2015 Monção	100,00
03.M04	Reabilitação da Levada da Valinha	902058924	Junta de agricultores de Ceivães	110 000,00€	2015 Monção	100,00
03.M04	Reabilitação do Regadio de Cavaleiro	900297824	Junta de agricultores Cavaleiro	98 000,00€	2015 Monção	100,00
03.M04	Reabilitação do Regadio das Arroteias	900972858	Junta de agricultores das Arroteias	120 000,00€	2015 Paredes de Coura	100,00
03.M04	Reabilitação do Regadio Tradicional do Corgo e Crasto	901380482	Junta de agricultores do Corgo e Crasto	105 600,00€	2015 Paredes de Coura	100,00
03.M04	Reabilitação do Regadio de Chã de Lamas	901364525	Junta de agricultores de Chã de Lamas	91 200,00€	2015 Paredes de Coura	100,00
03.M04	Reabilitação do Regadio das Laceiras	502513373	Junta de agricultores das Laceiras	84 000,00€	2015 Paredes de Coura	100,00
03.M04	Reabilitação do Regadio Tradicional do Corgo de Baixo e Crasto	902059971	Junta de agricultores do Corgo de Baixo e Crasto	84 000,00€	2015 Paredes de Coura	100,00
03.M04	Reabilitação do Regadio Tradicional da Poça do Sapo	507784430	Junta de agricultores da Poça do Sapo (Cuide Vila Verde)	178 500,00€	2015 Ponte da Barca	100,00
03.M04	Reabilitação da Levada de Carvelos	900298790	Junta de Agricultores da Levada de Carvelos	175 000,00€	2015 Ponte da Barca	100,00



03.M04	Reabilitação da Levada de Fervença	900641347	Junta de agricultores da Levada de Fervença	147 000,00€	2015	Ponte da Barca	100,00
03.M04	Reabilitação do Regadio do Rego do Monte	900284129	Junta de Agricultores do Rego do Monte	140 000,00€	2015	Ponte da Barca	100,00
03.M04	Reabilitação da Levada do Rugido	507797302	Junta de Agricultores da Levada do Rugido (Entre Ambos os rios)	191 250,00€	2015	Ponte da Barca	100,00
03.M04	Reabilitação do Regadio de Meão	900714913	Junta de agricultores de Regadio de Meão	268 000,00€	2015	Ponte de Lima	100,00
03.M04	Reabilitação do Regadio de Gibeilha	507929942	Junta de agricultores de Gibeilha (Sá)	31 500,00€	2015	Ponte de Lima	100,00
03.M04	Reabilitação do Regadio Tola de Vade	506728897	Junta de Agricultores Tola de Vade (Município de Valença)	90 000,00€	2015	Valença	100,00
03.M04	Reabilitação do Regadio da Poça do Couto	507162145	Junta de Agricultores Poça do Couto (Cerdal)	13 500,00€	2015	Valença	100,00
03.M04	Reabilitação do Regadio de Gondelim	E507162145	Junta de Agricultores de Gondelim (Cerdal)	27 000,00€	2015	Valença	100,00

**Resumo dos Dados:**

Nome Beneficiário	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO MINHO	NIF	508754496
-------------------	---	-----	-----------

Submetido por	EIDT	NIF	EIDT
---------------	------	-----	------

Data de Submissão	21-05-2015
-------------------	------------

